

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO (UFMA)
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO (PRPPG)
DEPARTAMENTO DE PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CULTURA E SOCIEDADE (PGCULT)
MESTRADO INTERDISCIPLINAR

AURINETE FERREIRA BARBOSA

A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: abordagens acerca do patrimônio cultural ludovicense com alunos do Ensino Médio de uma escola da rede pública de São Luís, MA

SÃO LUIS
2025

AURINETE FERREIRA BARBOSA

A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: abordagens acerca do patrimônio cultural ludovicense com alunos do Ensino Médio de uma escola da rede pública de São Luís, MA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade – Mestrado Interdisciplinar da Universidade Federal do Maranhão, como requisito necessário para obtenção da defesa do título de Mestre em Cultura e Sociedade.

Ligado a linha de Pesquisa: Cultura, Educação e Tecnologia (LP2)

Orientador: Dr. Arkley Marques Bandeira

Co-orientadora: Dra. Kláutenys Dellene Guedes Cutrim

SÃO LUIS

2025

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

Ferreira Barbosa, Aurinete.

A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: : abordagens acerca do patrimônio cultural ludovicense com alunos do Ensino Médio de uma escola da rede pública de São Luís, MA / Aurinete Ferreira Barbosa. - 2025.

93 p.

Coorientador(a) 1: Klautenys Dellene Guedes Cutrim.

Orientador(a): Arkley Marques Bandeira.

Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Cultura e Sociedade/cch, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2025.

1. Educação Patrimonial. 2. Ensino de História. 3. Aprendizagem Histórica. 4. História Local. 5. Interdisciplinaridade. I. Dellene Guedes Cutrim, Klautenys. II. Marques Bandeira, Arkley. III. Título.

AURINETE FERREIRA BARBOSA

A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: abordagens acerca do patrimônio cultural ludovicense com alunos do Ensino Médio de uma escola da rede pública de São Luís, MA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade – Mestrado Interdisciplinar da Universidade Federal do Maranhão, como requisito necessário para obtenção da defesa do título de Mestre em Cultura e Sociedade.

Ligado a linha de Pesquisa: Cultura, Educação e Tecnologia (LP2)

Orientador: Dr. Arkley Marques Bandeira

Co-orientadora: Dra. Kláutenys Dellene Guedes Cutrim

Aprovada em: 20 / 06 /2025.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Arkley Marques Bandeira

Doutor em Arqueologia e Etnologia

Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

Prof.^a Dra. Kláutenys Dellene Guedes Cutrim

Doutora em Linguística e Língua Portuguesa

Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

Prof. Dr. Marcelo Fagundes

Doutor em Arqueologia pelo Programa de Pós Graduação do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo

Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM)

Prof.^a Dra. Conceição de Maria Belfort de Carvalho

Doutora em Linguística e Língua Portuguesa

RESUMO

A presente pesquisa buscou refletir sobre o ensino de história e a educação patrimonial, para sensibilizar os alunos sobre a importância de se preservar a história local, a identidade e a memória alinhados a elementos teóricos. Descrevendo de que forma o professor pode trabalhar o tema em sala de aula, visto que não tem material didático para a educação patrimonial. Nesse sentido, o trabalho se insere na Linha de Pesquisa: Cultura, Educação e Tecnologia (LP2), tendo como objetivo geral é analisar a possibilidade da educação patrimonial como metodologia para o professor de história e como meio para que se crie um sentimento de pertença e uma identidade local. Pautando a leitura nos autores Bittencourt (2011), Pinsky, (2013), Ricoeur, (2007), Le Goff (1990) Horta (1999): Abud e PCNs (1998), BNCC. Fazendo uma reflexão sobre a contribuições da disciplina Eletiva, para se discutir temas atuais e refletindo sobre o relato de experiência das atividades realizadas em duas turmas do ensino médio em uma escola de São Luís. O ensino de história tem o intuito de permitir ao aluno compreender o que é memória e identidade local, fazendo ele se reconhecer enquanto ser social no local em que vive. A metodologia de aprendizagem é pensada na perspectiva de uma educação crítica e reflexiva para que o aluno possa reconhecer e preservar o patrimônio local em que ele está inserido. O patrimônio é indispensável para o reconhecimento e valorização das identidades. Será verificado a nova BNCC e no DCTM sobre o ensino de história e os temas transversais que estão relacionados a disciplina e ao tema patrimônio a partir das habilidades especificadas no documento. Será abordado sobre a aprendizagem histórica e a importância da responsabilidade social na sociedade contemporânea. As dificuldades do professor em sala de aula para se trabalhar o tema, levando em consideração a interdisciplinaridade e propondo elementos para uma metodologia de trabalho em sala de aula com o Patrimônio Imaterial, na perspectiva da Educação Histórica e Patrimonial.

Palavras-chave: Educação Patrimonial; Ensino de história; Aprendizagem histórica; História local; Interdisciplinaridade.

ABSTRACT

This research sought to reflect on history teaching and heritage education, to raise students' awareness of the importance of preserving local history, identity, and memory, aligned with theoretical elements. It describes how teachers can address this topic in the classroom, given the lack of teaching materials for heritage education. Therefore, the work falls within the Research Line: Culture, Education, and Technology (LP2), with the general objective of analyzing the possibility of heritage education as a methodology for history teachers and as a means to foster a sense of belonging and local identity. The reading is based on the authors Bittencourt (2011), Pinsky (2013), Ricoeur (2007), Le Goff (1990), Horta (1999), Abud and PCNs (1998), and BNCC. This course reflects on the contributions of the elective course to discuss current issues and reflect on the experience of activities carried out in two high school classes at a school in São Luís. History teaching aims to enable students to understand local memory and identity, enabling them to recognize themselves as social beings in the place where they live. The learning methodology is designed from the perspective of critical and reflective education so that students can recognize and preserve the local heritage in which they are immersed. Heritage is essential for the recognition and appreciation of identities. The new BNCC (National Curricular Unit) and the DCTM (National Curricular Unit) on history teaching and the cross-cutting themes related to the discipline and the theme of heritage will be reviewed, based on the skills specified in the document. Historical learning and the importance of social responsibility in contemporary society will be addressed. Teachers' difficulties in addressing the topic in the classroom will be explored, taking into account interdisciplinarity and proposing elements for a classroom methodology for working with Intangible Heritage, from the perspective of Historical and Heritage Education.

Keywords: Heritage Education; History teaching; Historical learning; Local history; Interdisciplinarity.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ASG	Auxiliares de Serviços Gerais
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CNE	Conselho Nacional de Educação
DCTMA	Documento Curricular do Território Maranhense
DCTM-EM	Documento Curricular para o Território Maranhense do Ensino Médio
EJA	Educação de Jovens e Adultos
IPHAN	Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
OSPB	Organização Social e Política Brasileira
PCN	Parâmetros Curriculares Nacionais
PGECult	Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade
PRPPG	Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação
SEDUC	Secretaria de Educação do Maranhão
UEMA	Universidade Estadual do Maranhão
UFMA	Universidade Federal do Maranhão
UFVJM	Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Faixada antiga da escola	62
Figura 2 - Faixada atual da escola	63
Figura 3 - Mesa com Santo São Benedito.....	70
Figura 4 - Grupo do Tambor de Crioula	70
Figura 5 - Grupo do Bumba meu Boi.....	72
Figura 6 - Boizinho	72
Figura 7 - Apresentação para outra turma	73
Figura 8 - Apresentação para turma 2.....	73
Figura 9 - Grupo Capoeira	75
Figura 10 - Instrumentos	75
Figura 11 - Instrumentos da Capoeira, Atabaque, Berimbau e Abadá	76
Figura 12 - Mostra prática da Capoeira no pátio da escola	77
Figura 13 - Apresentação do projeto pelas alunas da UEMA.....	79
Figura 14 - Apresentação do projeto pelas alunas da UEMA.....	79
Figura 15 - Indumentárias do bumba meu boi.....	80
Figura 16 - Instrumentos do bumba meu boi.....	81
Figura 17 - Aplicação prática do projeto – dançando com o boi.....	81
Figura 18 - Aplicação prática do projeto – dançando com o boi.....	82
Figura 19 - Aplicação prática do projeto – dançando com o boi.....	83
Figura 20 - Aplicação prática do projeto -explicando.....	84
Figura 21 - Aplicação prática do projeto – dançando com o boi 2.....	84
Figura 22 – Imagem da turma que participou do projeto - UEMA	85

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
2 O ENSINO DE HISTÓRIA E SUA RESPONSABILIDADE SOCIAL	15
2.1 Para que serve o ensino de história?	19
2.2 As estruturas da aprendizagem histórica	22
2.3 História local e seus limites e possibilidades	29
3 A IMPORTÂNCIA DO PATRIMÔNIO MATERIAL E IMATERIAL NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA	34
3.1 O papel da identidade e da memória nos dias atuais	37
3.2 Educação patrimonial e sua função	42
3.3 A escola como um lugar de patrimônio	50
4 USOS E SENTIDOS DA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL	58
4.1 Contextualização e característica da escola	60
4.2 Desenvolvimento do projeto/eletiva	63
4.3 Construção da disciplina eletiva	65
4.4 Atividades em sala de aula e a metodologia utilizada	66
4.5 Objetivo da eletiva	67
4.6 A justificativa para se aplicar a eletiva	67
4.7 Culminância da Eletiva	68
4.7.1 A fé em São Benedito/ Tambor de Crioula	69
4.7.2 O bumba meu boi	71
4.7.3 A Capoeira	74
4.8 Projeto externo – UEMA: aplicações práticas e oficinas pedagógicas com alunos	78
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	86
REFERÊNCIAS	88
ANEXO	92

1 INTRODUÇÃO

É consenso na literatura especializada que a educação brasileira enfrentou diversos problemas ao longo de sua existência e, particularmente, com o ensino de História não foi diferente.

A disciplina de História é importante na formação do aluno, sobretudo porque julgamos fundamental conhecer o passado para entender o presente. Além do mais, cada estudante precisa se perceber, de fato, como sujeito histórico, como parte do desenrolar contínuo dessa condição humana, e isso só é possível quando reconhecemos os esforços que nossos antepassados fizeram pra chegarmos ao estágio civilizatório no qual nos encontramos (Pinsky, 2013).

Os recursos metodológicos utilizados são ferramentas indispensáveis para o processo de ensino. Só que nesse percurso nos deparamos com falta de preparação dos professores para utilizar os recursos por falta de uma formação continuada na área de ensino.

As possibilidades explicitadas pelo uso de metodologias que possibilite aos alunos a terem uma participação no processo de aprendizagem e no uso de outras ferramentas, mas não deixando o livro didático de lado, pois ele é uma ferramenta base para o ensino de História.

O ensino de história tem se consolidado ao longo dos anos como sendo relevante para que os estudantes reflitam acerca da sua realidade histórica e acessem o conhecimento material e imaterial de sua comunidade local.

O professor que atua no ensino deve estar atento as atualizações metodológicas em sala de aula, afinal, em 1929, após a publicação da revista dos Annales as fontes foram ampliadas, o que permitiu que novos sujeitos passaram a assumir também um protagonismo que nunca foi possível antes, com o positivismo de August Comte.

Neste sentido, uso de metodologias na sala de aula para tratar de patrimônio cultural material e imaterial nas aulas, também perpassa pela didática do professor, bem como os instrumentos e estratégias que este irá mobilizar junto aos seus alunos durante as atividades pedagógicas.

Essa necessidade é abordada nos documentos norteadores da educação que foram publicados ultimamente como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e no

Documento Curricular do Território Maranhense (DCTMA), os dois indicam que é sim possível e necessário o ensino de história local.

O processo de ensino de história visa de forma dinâmica colocar o aluno como produtor do seu conhecimento, através de reflexões do seu cotidiano e relacionando com o tema trabalhado em sala de aula, fazendo com que esse aluno/cidadão perceba e valorize a sua cultura, identidade e história local, isso só pode acontecer se tiver um envolvimento da escola, do professor, do aluno e da disciplina. É através do conhecimento do patrimônio que o aluno pode vir se reconhecer como parte da história e criar uma identidade social.

Partindo de um pensamento em que todos os indivíduos produzem História e que ela está ligada a outras esferas da vida social, é possível notar a sua importância cultural como construção de pensamento e de como o indivíduo está localizado no espaço e no tempo.

A educação patrimonial é um processo de participação permanente, com explicações sobre o patrimônio, onde os conceitos atuam em defesa da valorização e conservação do patrimônio

No ambiente escolar os alunos são incentivados a fazer uma reflexão crítica ao processo de conhecimento da educação patrimonial, de preservação e valorização de uma herança cultural.

É muito importante que se inclua a temática dentro dos currículos escolares, mesmo que seja através de projetos com temas transversais, como é na disciplina Eletiva (Projeto), trabalhando a interdisciplinaridade, e despertando nos alunos uma maior compreensão no meio em que estão inseridos.

A inserção do tema nas aulas é importante, pois muitos alunos não sabem o que é patrimônio, não consegue se enxergar como um indivíduo que pode ser responsável pela preservação da história, da memória de sua comunidade, do local aonde vive.

Ao se falar em história local, ela não contempla os currículos escolares, é apenas trabalhada em datas específicas relacionadas as festividades daquele local, causando um certo desinteresse entre os alunos sobre conhecer ou conhecimento de sua história.

A Lei 9.394/96 e suas Diretrizes (Brasil, 1999, 2000, 2010) definem que o sistema educacional brasileiro tem por finalidade formar o cidadão crítico e competente para o mundo do trabalho e para sua formação permanente. As Ciências Humanas

como área do conhecimento e a disciplina de História, em particular, busca dar conta desse papel a propor que o educando desenvolva suas habilidades cognitivas que o leve a compreender o passado, estabelecendo relações com seu presente para que ele possa projetar o seu futuro.

Dessa maneira, a disciplina de história busca constituir um espaço importante para que o estudante constitua sua orientação temporal e histórica, com o propósito que o faça compreender a sociedade onde vive como construção humana, cultural e histórica em seu processo de desenvolvimento.

De acordo com a BNCC, as Habilidade(s) da BNCC é identificar os patrimônios históricos e culturais de sua cidade ou região e discutir as razões culturais, sociais e políticas para que assim sejam considerados.

No Ensino Médio as disciplinas são agrupadas em áreas de conhecimento, desenvolvem-se considerando que o principal objetivo do ensino da História é que os alunos superem a passividade frente à realidade social e ao próprio conhecimento. Sendo assim a articulação entre os conceitos estruturantes e as competências e habilidades a serem desenvolvidas na disciplina, resultarão numa aprendizagem que levará o educando a construir uma orientação temporal e social, que o fará pensar seu presente e planejar seu futuro, com base nesses conhecimentos constituídos. Estudar a história local é compreender nossas raízes históricas e culturais. É importante que o aluno conheça a sua história e a realidade local em que vive.

O interesse na pesquisa se deu com a proposta de mudança de tema, que para mim foi desafiador, apesar de estar em sala de aula há um tempo, esse é um tema que praticamente não se trabalha em sala de aula, percebo que meus colegas da área de ciências humanas, raramente aborda a questão de patrimônio em suas aulas. Quando a temática sobre a Educação Patrimonial é abordada, se trabalha através de projetos (disciplina Eletiva), mais de forma muito superficial.

De acordo com o Caderno de Orientações Curriculares na disciplina de Sociologia no 1 ano é trabalhado patrimônio cultural, dentro da unidade de Cultura, Identidade e Diversidade, na disciplina de História é trabalhado apenas no 5º ano, tendo como objeto de estudo, os patrimônios materiais e imateriais do Brasil e Maranhão.

Chegando o aluno ao ensino médio, sem nenhum interesse por conhecer sua cultura, sua identidade e seu patrimônio local.

A justificativa inicialmente é analisar e sugerir novas metodologias no ensino de história, porém, através de novas leituras e de orientações o foco ficou em patrimônio

imaterial que foi alinhado a primeira proposta. Assim sendo o patrimônio imaterial é compreendido como uma das metodologias que pode ser utilizada em sala de aula e por consequência aponta para a valorização da cultura local.

Estudar a história local é compreender nossas raízes históricas e culturais. O Maranhão estado localizado no nordeste do país é dotado de culturas diversas e complexas, São Luís, capital deste estado é também conhecido nacionalmente como uma cidade histórica de herança cultural significativa, entanto, por vezes cidadãos que não moram nesta cidade possuem conhecimento maior que os próprios moradores.

É importante que os estudantes conheçam sua história e sua realidade social, proponho que isso seja realizado através do estudo do patrimônio imaterial, afinal somos também conhecidos pelas festas, por grupos folclóricos que tem raízes nos povos originários e africanos que foram durante décadas escravizados para construir o patrimônio material que se conhece atualmente.

O estudo deste do patrimônio imaterial dialoga com a história da resistência destes povos e por isso é relevante que os nossos estudantes a conheçam, evitando interpretações equivocadas acerca de tais povos que eles são inclusive descendentes. O livro didático é importante, porém é possível identificar que o povo preto aparece comumente apanhando e em situações de submissão, a resistência pouco aparece ou nada aparece e a existência do patrimônio imaterial indica que outras possibilidades interpretativas são viáveis e necessárias.

A cidade de São Luís é cercada de bairros pobres, aonde a maioria dos seus moradores são pessoas pretas, pardos e descendentes quilombolas que em sua maioria aparecem na organização, manutenção e produção das festas populares que compreendemos como patrimônio imaterial, a exemplo temos o tambor de crioula o bumba-meu-boi entre outros.

Problematizar diferentes elementos que compõem as identidades dos sujeitos, bem como definem o campo do conhecimento histórico, da preservação, manutenção de hábitos e expressões, bem como de patrimônios histórico-culturais, levando em consideração a aplicação de diferentes abordagens e metodologia pedagógica em sala de aula.

O problema gira em torno exatamente disso, pois a educação patrimonial pode e deve fazer a diferença neste sentido da pertença, da gestação de uma cultura identitária, onde eles consigam compreender o patrimônio como uma herança e como algo

existente na cidade que moram e que, portanto, os diferenciam de outras partes do país.

O que os nossos estudantes sabem da nossa cultura, do nosso patrimônio imaterial? Qual a função do componente curricular história na popularização dos elementos de nossa cultura? Como a sala de aula e os professores de história podem contribuir com tudo isso? Quais as possibilidades e limites de se trabalhar o patrimônio imaterial como metodologia para ser utilizada?

Inicialmente a ideia era analisar e sugerir novas metodologias no ensino de história, porém, através de novas leituras e de orientações o foco ficou em patrimônio imaterial que foi alinhado a primeira proposta

A metodologia a ser utilizada será qualitativo e em pesquisa de campo e tendo como instrumento a aplicação teórica e prática do projeto para saber qual a percepção dos alunos sobre o que é patrimônio. A pesquisas têm como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema.

O objetivo geral deste trabalho é analisar a possibilidade da educação patrimonial como metodologia para o professor de história e como meio para que se crie um sentimento de pertença e uma identidade local.

Quando se trata de história local, o que compõe o currículo das escolas é apenas em datas comemorativas em relação a cidade ou local/comunidade aonde se mora. Por isso que alguns estudantes não dão a devida importância a sua história, o seu local de moradia, a memória dos mais velhos.

A pesquisa é do tipo qualitativa, por buscar conhecer esse novo fenômeno que o sistema educacional está vivenciando. A pesquisas qualitativa têm como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema.

A técnica de pesquisa inicialmente será, a bibliográfica, que segundo Costa (2001, p. 63), “[...] é aquela realizada em livros, revistas, jornais, etc.” e através de aplicação de entrevista, questionários.

A escola analisada está localizada na área Itaqui Bacanga no bairro da Vila Nova, uma escola de ensino regular, que agora está passando pela transição de regular para o ensino integral, aonde concentra uma população bem diversificada enquanto a sua origem, e que apresenta alguns problemas sociais, e boa parte dos alunos desta escola nunca saíram do bairro ou foram ao centro histórico.

A escola é um lugar de aprendizagem e ter um diálogo importante com os alunos, mostra que eles são pertencentes aqueles local, que as suas histórias estão

interligadas e a intenção é mostrar o aluno que ele é protagonista, dialogando com o seu cotidiano e mostrar que estudar História não é conhecer só coisas do passado é mostrar novas fontes de estudo e pesquisa e as novas tecnologias, para o auxílio da sua aprendizagem.

Este trabalho está dividido em três partes:

O primeiro capítulo trata do ensino de história e a sua responsabilidade social, de que forma a disciplina contribui para uma efetiva valorização de reconhecimento e responsabilidade social na formação de um estudante. As dificuldades que a disciplina enfrentou ao longo do tempo para se consolidar no currículo escolar, os desafios frente e a mudanças que enfrentou e vem enfrentando ao longo do tempo.

Como a BNCC em 2014 foi um documento que surgiu para que os conteúdos de todas as disciplinas, inclusive a disciplina de história, tendo como principal ferramenta o livro didático. Abordei a importância do ensino de história, a sua forma de ensinar que sofreu transformações ao longo do tempo, através das variações políticas e das mudanças das leis educacionais, que regem a educação como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) e dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN).

Analiso as narrativas históricas que estabelece uma relação entre o passado e o presente, levando em conta a história local e seus limites, pois leva em consideração também o contexto geográfico de uma determinada comunidade, falar sobre a história local é importante, pois raramente está nos livros didáticos e é importante falar, pois as mudanças trazem reflexos na vida das pessoas daquela localidade.

Segundo capítulo será discutido a relação entre Ensino de História e Patrimônio, dentro da sociedade contemporânea, e como pode ser trabalhado em sala de aula, estimulando a criticidade do aluno a partir de suas vivências e bagagem cultural e sobre a história local. Será visto como a Educação Patrimonial pode ser trabalhado em sala de aula, trazendo memória e identidade local, tenho em vista que tem que ser seguido a BNCC, seguindo as normativas que deverão ser abordadas na Educação Básica.

A importância do patrimônio material e imaterial é composto por um conjunto de bens culturais imóveis e o imaterial se diz respeito aos bens e práticas de uma comunidade que se manifesta através de saberes populares celebrações e outras formas de se manifestar. A importância da Educação Patrimonial está ligada ao ensino de história, pois ajuda a uma reflexão sobre a preservação e a valorização das identidades, construindo vínculos.

O papel da identidade e da memória nos dias atuais. Os conceitos de memória e identidade estão ligados a história e o conceito de patrimônio e a memória, ela pode ser individual e coletiva. Usar o conceito de memória e identidade é uma das maneiras de se perceber o mundo.

Ela pode ser construída ao longo do tempo, passando de geração para geração e são conceitos inseparáveis.

Educação Patrimonial e a sua função do conhecimento e da aprendizagem. A educação deve estar comprometida com a transformação social, fazendo que o cidadão se sinta pertencente ao local em que vive.

Os PCNs propõem que o ensino tenha relacionados com o contexto social dos alunos, que eles consigam fazer uma reflexão da sua realidade, sendo que a interdisciplinaridade é uma ferramenta importante no aprendizado.

E dentro da temática da Educação Patrimonial deve-se levar em consideração a metodologia que vai ser utilizada em sala de aula.

A escola como lugar de patrimônio, muitos não percebem mais a escola também é um lugar de patrimônio e memória e identidade. Um espaço que guarda memórias, a escola deve ser analisada como patrimônio educativo e de memória social.

Dentro da questão da escola como patrimônio é pontuado na LDB e no DCTM, e tem como objetivo agregar a identidade coletiva do Maranhão que juntas trazem a finalidade de se trabalhar os itinerários formativos, trazendo a interdisciplinaridade e focando no protagonismo estudantil.

O terceiro capítulo é sobre o uso e sentidos da educação patrimonial, falando de que forma pode se chegar à sala de aula e a sua importância para o aprendizado do aluno. Nesse mesmo capítulo abordo as características e modificações da escola desde a sua fundação aos dias atuais.

E de que forma se deu o desenvolvimento da Eletiva de Base sobre o “Patrimônio imaterial conhecendo a nossa cultura” como se desenvolveu, as dificuldades ao longo da disciplina. Também é abordado a aplicação do Projeto/Oficina pelas alunas da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA).

Analisei as possíveis possibilidades e estratégias metodológicas para a Educação Patrimonial e como é essa relação do professor, aluno e o tema em sala de aula, dificuldades e os desafios que são encontrados pelo professor.

2 O ENSINO DE HISTÓRIA E SUA RESPONSABILIDADE SOCIAL

É consenso na literatura especializada que a educação brasileira enfrentou problemas diversos ao longo de sua existência, e, particularmente com o ensino de História não foi diferente.

Muitos só vêm a escola como um aparelho reprodutor de conhecimento, mas a escola pode ser e é além disso, ela também produz conhecimento através de seus projetos. Pois o ensino de história, os livros didáticos não trabalham na perspectiva de uma história local.

No início do ensino de história o que se reproduzia era tudo sobre a sociedade europeia e suas conquistas, cultura, aonde a visão de mundo de conquista era vista a partir dos conquistadores.

No período Republicano, o ensino de história se consolidou por ser um instrumento de doutrinação a partir dos olhares burgueses, sem romper com o modelo tradicional e valorizando uma visão eurocêntrica de conteúdos decorados.

Durante a Ditadura, o ensino de história foi retirado do currículo, e colocando no seu lugar Moral e Cívica e Organização Social e Política Brasileira (OSPB), o que depois mudou o nome para Estudos Sociais, buscando nesse período a construção de um cidadão que pudesse ser formado de forma consciente e crítico.

Logo depois no período de redemocratização, a mudança no ensino se deu a partir do rompimento com o período ditatorial, trazendo uma nova forma de ensinar história que tentou romper com os modelos tradicionais, que no período os professores não entenderam e continuaram a reproduzir práticas tradicionais.

A partir dos anos 2000, a metodologia de ensino começou a mudar, tentando romper com o ensino tradicional. Esses novos métodos buscavam analisar se o aluno conseguia organizar seus pensamentos e de como ele conseguia ter uma consciência histórica. De acordo com a aprendizagem histórica, o professor poderia analisar os níveis de conhecimento e desenvolvimento do aluno sobre o pensamento histórico, daí verificar quais atividades ou a melhor forma de ensino era significativo para esse aluno aprender.

A apropriação de noções, métodos e temas próprios do conhecimento histórico, pelo saber histórico escolar, não significa que se pretende fazer do aluno um 'pequeno historiador' e nem que ele deve ser capaz de escrever monografias. A intenção é que ele desenvolva a capacidade de observar, de extrair informações e de interpretar algumas características, da realidade do seu

entorno, de estabelecer algumas relações e confrontações entre informações atuais e históricas, de datar e localizar as suas ações e as outras pessoas no tempo e no espaço e, em certa medida poder revitalizar questões específicas da sua época (Brasil, 1998, p. 40).

O ensino de história surgiu e foi por muito tempo composta pela memorização e decoração dos conteúdos. O aluno era visto apenas como aquele indivíduo que apenas poderia receber informações, do outro lado estava o professor que era detentor do conhecimento e do saber.

E foi pensado a partir do novo processo ensino aprendizagem que o objetivo do ensino da história começou a ser e ater uma consciência crítica do estudante com temas problematizados a partir do tempo atual e do seu dia a dia.

No campo do ensino o principal desafio seja desenvolver conteúdos e metodologia de ensino que faça o aluno se perceber como sujeito histórico atuante, para que ele entenda o sentido real e a utilidade da História em uma vida prática.

O ensino de história em um ambiente escolar está voltado para múltiplas experiências e valorização do homem enquanto ser cultural e as diferenças enquanto indivíduo. As atividades desenvolvidas seguindo o currículo escolar, a participação dos alunos, segue um planejamento de acordo com a BNCC, que aborda questões mais humanas e de maior inclusão escolar.

Com relação à metodologia utilizada pelo professor, observa-se que esta tem se caracterizado pela predominância de atividades transmissoras de conhecimentos, com pouco ou nenhum espaço para a discussão e a análise crítica dos conteúdos. O aluno sob essa situação tem se mostrado mais passivo do que ativo e, por decorrência, seu pensamento criativo tem sido mais bloqueado do que estimulado (Veiga, 2002, p. 42).

A organização do modelo didático deve ser um objetivo e algo significativo para a vida do aluno, como a organização do conteúdo com análises que sejam fundamentais para a percepção e construção do conhecimento do aluno, para que o processo seja natural e sem imposição de que seja obrigado a saber, pois o processo de ensino vai além da sala de aula.

De acordo com a BNCC, o ensino de História tem como pressuposto a ideia de que o conhecimento histórico é uma forma de pensar, uma forma de indagar sobre as coisas do passado e do presente, de construir explicações, desvendar significados e interpretar o mundo ao longo do tempo e do espaço.

A BNCC é um documento desenvolvido pelo Ministério da Educação para que toda a educação básica pudesse se pautar nos conteúdos de História a serem trabalhados em sala de aula. O currículo de História é um conjunto de conteúdos que compõem a grade curricular dessa disciplina nos diferentes níveis de Ensino da educação básica.

Ensinar História na escola, remete às relações entre as concepções de currículo, de conhecimento histórico escolar, de produção e distribuição desse conhecimento e dos saberes docentes e discentes. O currículo de História é pensado como espaços de fronteiras, sendo apenas um capo de saber, não levando em consideração a interdisciplinaridade. Kochhann (2007, p. 70) diz sobre a interdisciplinaridade em sala de aula “[...] é a possibilidade de elaboração de ideias harmonicamente equilibradas com as diversas áreas do conhecimento num processo de pensamento dialético alicerçada na alteridade”.

A interação entre professor e aluno é onde se faz o saber histórico de forma mutua e consciente. O professor não pode ser apenas um executor de saberes que foram e são produzidos.

A sala de aula continua sendo um espaço em que teoria, ensino e pesquisa devem estar presentes para estabelecer uma relação entre professor e aluno e dando um significado maior aos conteúdos ministrados.

Nascimento (2016), ressalta que o professor deve estimular o aluno a construir seu próprio ponto de vista, o que não significa ensinar soluções tampouco dar explicações sobre como e por que se chegou a uma determinada conclusão. O professor tem o papel de estudar e ensinar novas maneiras para que o aluno chegue a construir o seu próprio senso crítico.

De acordo com Moran (2015, p. 32), “Aprendizagem se constrói em um processo equilibrado entre a elaboração coletiva, por meio de múltiplas formas de colaboração em diversos grupos.”

A maneira de se ensinar vai mudando com o passar do tempo. Para poder despertar o interesse do aluno pela disciplina de História, o professor pode fazer comparações entre o passado e o cotidiano do aluno, para que ele desenvolva uma maior reflexão e senso crítico.

Um dos objetivos das novas metodologias de ensino é que os alunos aprendam de forma autônoma e participativa, a partir de problemas e situações reais. A proposta

é que o aluno estudante esteja no centro do processo de aprendizagem, sendo responsável direto pela construção de conhecimento.

É uma concepção educativa que estimula processos de construção de ação-reflexão-ação em que tem uma postura ativa em relação ao seu aprendizado numa situação prática de experiências, por meio de problemas que lhe sejam desafiantes e lhe permitam pesquisar e descobrir soluções, aplicáveis à realidade (Freire, 2006).

Levando em consideração que o cenário educacional que hoje está passando por momentos delicados, que vem passando por mudanças, as escolas e os professores estão se esforçando para desenvolver um bom trabalho no ensino-aprendizagem através de uso de tecnologias da educação.

As mudanças no sistema educacional tiveram que ser realizadas rapidamente, de sorte que, de um dia para o outro, os professores precisaram transpor os conteúdos.

O livro didático continua sendo uma ferramenta base para ministrar as aulas, para Circe Bittencourt (2010, p. 71), o livro didático “[...] continua sendo o material didático referencial de professores, pais e alunos que, [...], consideram-no referencial básico para o estudo [...]”.

O livro didático continua sendo o único recurso para acompanhar os conteúdos. Para Bastos, Cardoso e Sabbatini (2000, p. 1)

O acesso ao livro e, portanto, ao saber e ao conhecimento acumulado, passou a não mais pertencer ao professor, dono do raro manuscrito que era lido em voz alta para os alunos nas escolas. O livro possibilitou pela primeira vez o ensino de massa, ou seja, a formação de classes de muitos alunos.

O livro é uma ferramenta importante para qualquer aula, dele é que parte o método de como o professor vai trabalhar aquele conteúdo, a maneira que ele vai trabalhar tal conteúdo, vai estimular deve estimular o aluno a ter um senso crítico.

Um ensino que apresente os conhecimentos historicamente acumulados pela humanidade a nível geral, nacional, mas que também resgate as peculiaridades do local, que valorize as pluralidades étnico-culturais básicas na formação de nossa identidade enquanto cidadãos históricos que somos.

A história estabelece experiências do passado e do presente dando sentido a uma vida prática, e trazendo possibilidades de um futuro em que o conhecimento histórico tenha utilidade social.

A forma mais dinâmica de ensinar história, é utilizar o olhar do aluno como uma das principais ferramentas metodológicas, e propiciar uma melhora no uso de espaços não formais de ensino no sentido de auxiliar de maneira eficaz na construção desse conhecimento pelo aluno.

2.1 Para que serve o ensino de história?

A disciplina de História é importante na formação do aluno, sobretudo porque julgamos fundamental conhecer o passado para entender o presente. Além do mais, cada estudante precisa se perceber, de fato, como sujeito histórico, como parte do desenrolar contínuo dessa condição humana, e isso só é possível quando reconhecemos os esforços que nossos antepassados fizeram pra chegarmos ao estágio civilizatório no qual nos encontramos (Pinsky, 2013).

Enquanto disciplina, a história é transmitida ao aluno utilizando comparações com o seu cotidiano, assim ela é absorvida de maneira mais rápida e desperta a curiosidade do aluno. De tal modo o aluno irá entender como alguns atos do seu cotidiano são formados, assim como as diversidades culturais e sociais. “É preciso, nesse momento, mostrar que é possível desenvolver uma prática de ensino de História adequada aos novos tempos (e alunos) rica de conteúdo” (Pinsky; Pinsky, 2013. p. 19).

História em sala de aula vem de encontro com a orientação dos Parâmetros Curriculares Nacionais que propõem que

[...] a escola seja um espaço de formação e informação, em que a aprendizagem de conteúdos deve necessariamente favorecer a inserção do aluno no dia-a-dia das questões sociais marcantes e em um universo cultural maior. A formação escolar deve propiciar o desenvolvimento de capacidades, de modo a favorecer a compreensão e a intervenção nos fenômenos sociais e culturais, assim como possibilitar aos alunos usufruir das manifestações culturais nacionais e universais (Brasil, 1998, p. 33).

Entre os desafios para o ensino de história foi durante o período de isolamento social, se destacou as reflexões sobre o processo metodológico utilizado pelos professores, de como a sua aula é organizada, especialmente na relação professor e aluno durante esse período. Pinsky (2013) diz que o professor é o elemento que estabelece a intermediação entre o patrimônio e a cultura do educando, é necessário que ele conheça, da melhor forma possível, tanto um quanto o outro. Para Bittencourt

(2012, p. 57) “[...] a sala de aula não é apenas um espaço onde transmite informações, mas onde uma relação de interlocutores constrói sentidos.”

Assim sendo, aulas em períodos de distanciamento social encaram um desafio maior para os sentidos das aulas, sejam pelas ausências dos espaços de interação presencial, ou pelo período traumático em que o mundo viveu. A continuidade desse processo de sistematização de conteúdo de história, para a troca de conhecimento professor-aluno, busca sentido também na continuidade da vida social e de superações de problemas e desafios. Em outras palavras, o ensino de história vive a própria história que ela se preocupa em transmitir.

Rocha (1996, p. 53) sustenta que o ensino de história “[...] deverá ser capaz, se estiver em sintonia com o seu tempo, desconstruir para que o aluno possa ler o seu entorno social qualificando-se para uma política consciente e para o mundo do trabalho”.

Percebemos que a forma de se ensinar História sofreu muitas transformações a partir dos avanços tecnológicos, das variações políticas e econômicas, e de mudanças nas Leis que regem a educação, alterações que buscam também facilitar a aprendizagem e a formação dos alunos.

Nessa hora, a inovação e criatividade das redes, escolas, professores e estudantes podem apresentar soluções mais adequadas. Deve ser levado em consideração o atendimento dos objetivos de aprendizagem e o desenvolvimento das competências e habilidades a serem alcançados pelos estudantes em circunstâncias excepcionais provocadas pela pandemia (Brasil, 2020, p. 23).

A continuidade do ensino é reforçada, porém com abertura para novas metodologias de ensino a serem testadas. Nesse contexto, a disciplina de história é de extrema importância para a continuidade da formação educacional. Pereira (2013, p. 13) relata o porquê é importante estudar história: “O conhecimento da história da civilização é importante porque nos fornece as bases para compreender o nosso futuro, permite-nos o conhecimento de como aqueles que viveram antes de nós equacionaram as grandes questões humanas”.

O ensino de História vai além de transmitir conhecimento apenas de uma localidade, por isso é de fundamental importância que o aluno conheça a história para compreender as culturas, políticas e as economias. De acordo com Ruiz (2008, p. 9):

As políticas educacionais, organizacionais e curriculares são portadoras de intencionalidade, ideias, valores, atitudes e devem ser entendidas no quadro mais amplo das transformações econômicas, políticas, culturais e geográficas que caracterizam o mundo contemporâneo.

Falar em cotidiano escolar em tempo de pandemia é fazer um esforço para entender a dinâmica dessa nova modalidade de ensino. Pois o cotidiano escolar está diretamente ligado a interação professor – aluno e ao espaço escolar. André (1992, p. 1) que “[...] até o início dos anos 70, a pesquisa de sala de aula utilizava basicamente esquemas de observação que visavam registrar comportamentos de professores e alunos numa situação de interação”, pois o cotidiano escolar se faz por encontros presenciais.

A educação nunca teve dias tão difíceis e desafiadores como no corrente período, principalmente, para professores e coordenadores educacionais, isso porque, em razão da pandemia causada pela COVID-19, os alunos tiveram uma aprendizagem prejudicada, o que trouxe um grande desinteresse para a sala de aula na volta do ensino presencial.

O que vejo são alunos desinteressados e presos ao celular, por isso nós, professores devemos criar métodos de ensino para que chame a atenção do aluno, mas não fugindo aos temas da BNCC. Fazendo com que haja a troca de conhecimento entre aluno e professor.

Faundez (2002) percebe que a escrita não é o único meio de transmissão e criação do conhecimento; se a oralidade pode ser mídia e pode ser a própria cultura, trabalha associada com outras formas de expressão possíveis nos métodos de experiência sensorial:

Os alunos devem se perceber potencialmente um agente transformador de acordo com os conhecimentos históricos que vai adquirindo ao longo da educação básica.

Na década de 1990 com a implantação da LDB nº 9.394/96 e dos PCNs, houve mudanças, fazendo com que se torne autônomo e capaz de opinar para a construção de uma sociedade diferente e tenha atitude que valorize o conhecimento adquirido para uma maior interação com a realidade.

Ao aprender a resolver problemas e a construir atitudes em relação às metas que quer atingir nas mais diversas situações de vida, faz aquisições dos domínios cognitivo e linguístico, que incluem formas de comunicação e de representações espaciais, temporais e gráficas (Brasil, 1998, p. 73).

Os PCNs foram elaborados no intuito que o aluno tenha uma formação dentro de um contexto de História Regional e Local, mas não deixando de lado a ligação com a História Nacional. Dentro da proposta de uma educação plural, para o Ensino de História e Educação Patrimonial, se deve agregar os conteúdos de História local e seu cotidiano.

E trazendo essa discussão sobre ensino de história e educação patrimonial se trata também as categorias de memória, cultura e patrimônio cultural.

2.2 As estruturas da aprendizagem histórica

A aprendizagem histórica se constitui de um processo que é atribuído a um conhecimento que é expresso por uma narrativa histórica. A consciência histórica estabelece uma relação de memória entre passado e presente. Fazendo com que o sujeito aprenda que isso é um processo dinâmico na sua aprendizagem, trazendo conhecimento e a formação de identidade ao aluno, o orientando para uma vida prática e de transformação de consciência histórica de acordo com o seu local de vivência.

Para Rüsen (2016) a aprendizagem histórica é um processo mental de adquirir competências históricas através do processamento da experiência da mudança temporal do mundo humano no passado.

A aprendizagem histórica tem as intenções de aprender com a experiência humana e traçando uma diferença entre o passado e o presente e a compreensão do sujeito sobre o seu tempo de tudo o que o cerca. Tendo em vista que essas intenções trazem um ganho de aprendizagem para o aluno, seja ela do ponto de vista objetivo ou subjetivo, o ponto de vista objetivo é compreensão do conhecimento e o subjetivo é a formação de identidade, que deve estar ligado a vida. “A aprendizagem histórica é uma necessidade humana básica, uma compreensão intergeracional da vida. Os mais velhos devem ensinar aos mais novos a compreender e viver nesse mundo” (Rüsen, 2016, p. 17).

As formas de ensinar e aprender de cada turma é diferente, mesmo elaborando o mesmo plano de ensino para turma do mesmo ano, cada um traz consigo a sua vivência, “[...] as dificuldades e as potencialidades inerentes ao ensino e à aprendizagem da História ultrapassam a estreita relação entre professores e alunos ou entre alunos e manuais escolares [...]” (Moreira, 2018, p. 57).

As aulas de História nos dias atuais não exercitam tanta a imaginação histórica dos alunos, pois os recursos didáticos disponíveis (Livro), não traz assuntos que interessem os alunos, não tem temas regionais demonstrando uma distinção entre imaginação histórica e livro didático. Nesse caso o professor tem que buscar alternativas de ensino que busquem abordar a diversidade cultural, ou seja, o professor tem que muitas vezes produzir o seu material de trabalho para abordar questões locais.

[...] a existência de diversas abordagens e temáticas para o ensino de história, além de questionamentos acerca dos conteúdos curriculares, das metodologias de ensino, do livro didático e das finalidades de seu ensino (Shimidt; Cainelli, 2004, p. 11).

Muitas vezes a falta de diversidade de assuntos na aula, decorre das orientações curriculares que o professor tem que seguir, pois tem aquele padrão formativo apenas para vestibulares, não tendo uma diversidade de matérias, como fontes orais e recursos digitais.

O ensino de História sistematiza os conhecimentos a partir dos conhecimentos prévio dos alunos e até mesmo do professor. Os alunos são vistos como sujeito histórico, com ideias que podem ser modificadas ou não, isso vai depender do desenvolvimento sobre determinado assunto ou tema.

A escola é vista como um espaço de aprendizado e experiência social trazendo para aquele aluno conhecimentos, a escola não deve ser vista como uma mera reprodutora de conteúdos e temas.

O patrimônio imaterial na educação histórica pode estar ligado para ao campo das experiências e da investigação e contribuir para o ensino de História, e estimular a identidade do aluno, pois vai permitir que ele compartilhe os saberes e crenças que são passados de geração para geração.

Sendo necessário estimular a reflexão desse aluno frente as questões do seu tempo, trabalhando de diferentes formas para que ele busque construir um pensamento crítico sobre as suas próprias narrativas históricas.

Privilegiar o ensino de História significa construir conhecimento, por meio de um recurso didático motivador e prazeroso que envolve larga possibilidade de trato metodológico.

Para tanto, faz-se necessário, principalmente, reconhecer que o ensino através das novas tecnologias é arte e conhecimento sociocultural, portanto, uma experiência

cotidiana na vida do homem. Rocha (1996, p. 53) sustenta que o ensino de história, “[...] deverá ser capaz, se estiver em sintonia com o seu tempo, de construir para que o aluno possa ler o seu entorno social qualificando-se para uma política consciente e para o mundo do trabalho”.

Existe também, a se saber, um déficit acentuado no que tange a aplicabilidade desse recurso didático nas aulas de História, o que torna um desafio ainda maior para o professor

[...] uma modalidade educativa, cuja mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem efetiva-se por meio da utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, envolvendo estudantes, professores e tutores, desenvolvendo atividades educativas em lugares e/ou tempos diversos (Brasil, 2014, p. 19-20).

Parafraseando Bittencourt (2012, p. 57) “[...] a sala de aula não é apenas um espaço onde transmite informações, mas onde uma relação de interlocutores constrói sentidos.”

[...] a história enquanto palco de conhecimento sistematizado desenvolve-se no século XIX, quase ao mesmo tempo em que se ampliam as escolas secundárias, que adentram o conhecimento histórico como disciplina escolar (Abud, 2005, p. 1).

Para Abud (2005), a história é uma ciência que apoiada em outras, traz para o ensino um caráter reflexivo e formativo do ensino. O ensino de história traz reflexão e conhecimento formativo para os estudantes, cria uma identidade social e endereça para a análise política, a participação democrática, discute a cidadania, neste sentido, o ensino de história carrega significado de vida (Fonseca, 1993; Nikitiuk, 1996; Rocha, 1996; Vasconcelos, 2007; Bittencourt, 2009). Ensinar ou estudar história é formar cidadãos conscientes de seu tempo.

Na trajetória do ensino de História, o Ministério da Educação divulgou os PCNs para o Ensino Fundamental e Médio na década de 1990. Para o ensino médio, os PCNs apresentam as disciplinas como áreas do conhecimento. A História foi mantida em sua especificidade, mas integra-se às demais disciplinas através dos “temas transversais”. Desta forma, são inegáveis as inovações apresentadas pelos PCNs para o ensino dessa matéria.

A historiografia sugerida é atualizada e tenta superar o ensino tradicional. Novos objetos de estudo e novas metodologias estão ali incorporadas, sua organização

com base em conteúdos atitudinais, procedimentais e cognitivos, privilegia, no Ensino Fundamental, uma abordagem psicológica e sociológica dos conteúdos (Peres; Schirmer; Ritter, 2015).

A sala de aula continua sendo um espaço em que teoria, ensino e pesquisa devem estar presentes para estabelecer uma relação entre professor e aluno e dando um significado maior aos conteúdos ministrados.

Como muitos alunos não tem acesso as ferramentas digitais, o livro didático continua sendo o único recurso para acompanhar os conteúdos.

Para Bastos, Cardoso e Sabbatini (2000, p. 6),

[...] o acesso ao livro e, portanto, ao saber e ao conhecimento acumulado, passou a não mais pertencer ao professor, dono do raro manuscrito que era lido em voz alta para os alunos nas escolas. O livro possibilitou pela primeira vez o ensino de massa, ou seja, a formação de classes de muitos alunos.

O uso de algumas metodológicas ainda não se estabeleceu com firmeza no novo cotidiano escolar, e o uso delas devem estar inseridas e acompanhadas de um bom planejamento que tenha como objetivo fazer com que o aluno participe do seu processo de aprendizagem. Levando em consideração que o cenário educacional, que hoje vem passando por momentos delicados que vem passando por mudanças, as escolas e os professores vêm se esforçando para desenvolver um bom trabalho no ensino através de uso de tecnologias da educação.

Schmidt (2004, p. 298) defende a ideia de que “[...] a aula é o momento em que, ciente do conhecimento que possui, o professor pode oferecer ao seu aluno a apropriação do conhecimento histórico existente, através de um esforço e de uma atividade que edificou esse conhecimento.”

Umas dessas metodologias, aonde os alunos apreendem de forma autônoma, a partir de situações reais. A proposta é que o aluno estudante esteja no centro do processo de aprendizagem, sendo responsável direto pela construção de conhecimento.

Os usos das metodologias podem favorecer uma motivação autônoma quando estimula a percepção do aluno, as metodologias são ações intencionais, planejadas pelo professor para que o aluno seja autônomo na construção dos conhecimentos e têm o potencial de despertar a curiosidade, à medida que os alunos se inserem na

teorização e trazem elementos novos, ainda não considerados nas aulas ou na própria perspectiva do professor.

Para Moran (2018, p. 4), “Metodologias ativas são estratégias de ensino centradas na participação efetiva dos estudantes na construção do processo de aprendizagem, de forma flexível, interligada e híbrida [...]”.

Para Berbel (2011, p. 4), “As metodologias ativas têm o potencial de despertar a curiosidade, à medida que os alunos se inserem na teorização e trazem elementos novos, ainda não considerados nas aulas ou na própria perspectiva do professor.” Além de que, quando o aluno compartilha o seu pensamento em sala de aula e essa contribuição é estimulada e valorizada pelo professor, desperta-se sentimentos de engajamento, percepção de competência e de pertencimento, além da persistência nos estudos, entre outras (Berbel, 2011).

A metodologia no ensino de história pode ajudar a desenvolver um trabalho em sala de aula sobre Educação Patrimonial, ela é fundamental pois, ela é uma metodologia de mediação e pode ser aplicada no intuito de fazer com que o aluno a partir de sua realidade possa valorizar a sua história e conhecer o que é patrimônio cultural a partir do seu lugar, da memória e identidade a partir da fala de seus familiares.

Segundo Hall (2014), a memória é uma seleção que o indivíduo faz de acontecimentos passados, e sua narrativa ou sua organização lógica acontece no presente, no ato de rememorar. Para Le Goff (2003), conservar certas informações, remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças as quais o homem pode utilizar impressões ou informações passadas.

O ensino de História possui objetivos específicos, sendo um dos mais relevantes o que se relaciona à constituição da noção de identidade. Assim, é primordial que se estabeleçam relações entre identidades individuais, sociais e coletivas, entre as quais as que se constituem como nacionais (Brasil, 2000, p. 32).

A memória é o que permite que um grupo, uma sociedade e um indivíduo, conheça e entenda sobre os seus bens culturais. O patrimônio cultural é a história e a cultura de um povo e seu valor pode ser atribuído pelas pessoas do local aonde estão inseridas, e esses valores pode ser levado e trabalhado em sala de aula sendo articulada com o ensino de história.

Para Le Goff (2003, p. 1), “[...] a memória, portanto, representa a conservação de informações individuais ou coletivas de determinados fatos, acontecimentos, situações, reelaborados constantemente”.

A educação patrimonial pode ser desenvolvida dentro da sala de aula, tendo em vista que esse processo de ensino e aprendizagem pode ser trabalhada de várias formas dentro de uma metodologia e com o ensino de história pode trazer questionamentos e construção de diferentes formas de perceber o mundo.

Quando se discute o processo de ensino aprendizagem procura se entender qual é a melhor metodologia para ser trabalhada em sala de aula conforme o tema que está proposto, principalmente quando se fala em metodologias.

Dentro das metodologias são inseridos elementos para que os alunos compreendam o seu cotidiano e se encontre como sujeito ativo no local que está inserido, percebendo que ele é importante para a construção de uma história local, que ele pode analisar e discutir sobre a importância de preservar a sua memória e identidade para a preservação de um patrimônio.

Muitos alunos não conhecem a história do local a qual pertence e essa desvalorização do lugar e chegando também a sala de aula. A importância do ensino de história e a educação patrimonial é justamente para mostrar ao aluno a importância do seu local de pertencimento. As aulas de história são importantes para trazer a discussão sobre identidade, e preservação da história do local que ele está inserido.

O patrimônio cultural forma-se a partir de referências culturais que estão muito presentes na história de um grupo e que foram transmitidas entre várias gerações. Ou seja, são referências que ligam as pessoas aos seus pais, aos seus avós e àqueles que viveram muito tempo antes delas. São as referências que se quer transmitir às próximas gerações. Entre os elementos que constituem a cultura de um lugar, alguns podem ser considerados patrimônio cultural. São elementos tão importantes para o grupo que adquirem o valor de um bem - um bem cultural - e é por meio deles que o grupo se vê e quer ser reconhecido pelos outros (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2016, p. 7).

Fazendo o uso de algumas metodologias de ensino, focando nas metodologias pode estimular nos alunos a identificar a cultura local do seu bairro e que essa cultura pode sim ter um grande significado para eles, o ensino de história e a educação patrimonial torna-se uma discussão necessária em sala de aula.

Explicando aos alunos que a escola e o seu bairro são lugares que podem ser estudados e que a educação patrimonial pode sim fazer parte de uma prática pedagógica e do ambiente escolar.

Horta (1999, p. 7), destaca que

A metodologia da Educação Patrimonial pode levar os professores a utilizarem os objetos culturais na sala de aula ou nos próprios locais onde são encontrados, como peças chave no desenvolvimento dos currículos e não simplesmente como mera ilustração

O ensino de história tem o intuito de permitir ao aluno compreender o que é memória e identidade local, fazendo ele se reconhecer enquanto ser social no local em que vive. Segundo Bittencourt (2004), um dos objetivos centrais do ensino de História é compreender o tempo vivido (o da experiência individual e de outros grupos)

A metodologia de aprendizagem é pensada na perspectiva de uma educação crítica e reflexiva para que o aluno possa reconhecer e preservar o patrimônio local em que ele está inserido.

O ensino e aprendizagem de história requer que o professor assuma a construção de um processo de pesquisa mediada por princípio educativo formativo, apresentando aos alunos as noções e conceitos no tempo e espaço.

Não se aprende história só no ambiente escolar, mas através da cultura histórica que está presente no nosso dia a dia e muitas vezes não percebemos, que é através das mídias, nos jornais, na literatura, esses são só alguns exemplos de onde se pode tirar um aprendizado histórico.

Dadas estas orientações, as perspectivas da história foram grandemente expandidas, indo além de considerar apenas os problemas de ensino e aprendizado na escola. A didática da história analisa agora todas as formas do raciocínio e conhecimento histórico na vida cotidiana, prática. Isso inclui o papel da história na opinião pública e as representações nos meios de comunicação de massa; ela considera as possibilidades e limites das representações históricas visuais em museus e explora diversos campos [...] (Rüsen, 2006, p. 12).

O aprendizado histórico tem que garantir o conhecimento histórico através do processo de racionalidade e de uma dimensão científica, que seja capaz de o aluno em direção ao futuro.

[...] o ensino e a aprendizagem de História estão voltados, inicialmente, para atividades em que os alunos possam compreender as semelhanças e as

diferenças, as permanências e as transformações no modo de vida social, cultural e econômico de sua localidade, no presente e no passado, mediante a leitura de diferentes obras humanas (Brasil, 1997, p. 49).

É preciso ensinar história de uma forma que os estudantes tenham uma orientação histórica cultural do seu local de vivência e que se sinta pertencente a essa cultura e a esse aprendizado histórico local.

Pensar que só se aprende história em sala de aula, está engando, esse aprendizado vai além dos muros da escola e limita a aprendizagem histórica.

2.3 História local e seus limites e possibilidades

A História Local é o estudo da História em um contexto geográfico e muitas vezes se concentra em determinada comunidade. Incorpora aspectos culturais e sociais da História como um método de construção de conhecimento de um lugar e norteiam o processo de (re) construção de uma identidade local.

O que diferencia a história regional da história local seria a comparação em uma micro realidade localizada, que é a que está próxima de nós e que tem relações de sociabilidade entre os sujeitos, valorizando o lugar.

A história local pode ultrapassar os limites do município, mas apenas para entender que cada lugar tem as suas especificidades e que precisa ser entendido os elementos que a compõe. E para isso precisa ter uma compreensão dos acontecimentos e dos movimentos históricos para se compreender o local.

A abordagem da história local é diferente da tradicional e ao que se apresenta nos livros didáticos, e distante do processo histórico como afirma Bittencourt (2011, p. 121):

[...] que o ensino de História deve efetivamente superar a abordagem informativa, conteudista, tradicional, desinteressante e não significativa- para professores e alunos- e que uma das possibilidades para esta superação é sua problematização a partir do que está próximo, do que é familiar e natural aos alunos. Esse pressuposto é válido e aplicável desde os anos iniciais do ensino fundamental, quando é necessário haver uma abordagem e desenvolvimento importante das noções de tempo e espaço, juntamente com o início da problematização, da compreensão e explicação histórica e o contato com documento.

Para tanto, ao trabalhar com a história local como estratégia de ensino de introduzir conteúdos, além dos manuais didáticos articulando conteúdos nacionais e

mundiais, leva-se o aluno a desenvolver a consciência histórica, pois consegue perceber a história da sua localidade sendo parte dela

[...] significa partir do pressuposto de que ensinar história é construir um diálogo entre o presente e o passado, e não reproduzir conhecimentos neutros e acabados sobre fatos que ocorreram em outras sociedades e outras épocas (Schmidt; Cainelli, 2004, p. 52).

O ensino local entra na perspectiva de um método e uma aprendizagem na linha horizontal entre professor e aluno. E método horizontal é necessário para que haja uma construção de trabalhos temáticos problematizando sobre acontecimentos e valorizando os temas da própria comunidade, partindo do seu lugar de memória.

Segundo Pacheco (2017, p. 22);

[...] O professor de história não deve se preocupar em ensinar como um fato realmente aconteceu, mas sim em problematizar como e por que se elegem determinados eventos para figurar a memória social e os efeitos dessa seleção na sociedade atual e na comunidade local.

Proporcionar ao estudante um contato direto com fontes e documentos históricos, permitindo também discussões sobre a relação entre passado e presente, mas sempre incentivando a preservação do patrimônio histórico. Usando a história local como estratégia de aprendizagem, o professor deve sempre valorizar o saber do aluno, permitindo que ele relacione os assuntos atuais com o passado, e uma outra estratégia seria o aluno usar a história de vida de sua família, usando, fotos antigas, documentos reproduzindo a sua própria história e do lugar que vive ou de onde a sua família veio.

A história local está ligada “[...] ao fazer das pessoas comuns participantes de uma história aparentemente desprovida de importância e estabelecer relações entre os grupos sociais de condições diversas que participaram desse entrecruzamento de histórias”, como argumenta Bittencourt (2011, p. 50).

Schmidt e Cainelli (2004) fala que quando o aluno se propõe a conhecer a história local ou a sua história ele contribui para uma compreensão múltipla da História, pelo menos em dois sentidos: na possibilidade de ver mais de um eixo histórico local e na possibilidade da análise de micro-histórias, pertencentes a alguma outra história que as englobe e, ao mesmo tempo, reconheça suas particularidades.

É muito importante que se fale e trabalhe com a história local, pois toda mudança histórica traz reflexos relevantes para o cotidiano das pessoas e que se considere ainda o currículo proposto pela BNCC, que traz como escopo de uma de suas habilidades a identificação dos patrimônios históricos e culturais da cidade onde os alunos residem ou região, além da discussão das razões culturais, sociais e políticas para que sejam assim considerados.

A história local, no ensino de História se pode ensinar/estudar sobre uma cidade, um bairro que o aluno vive, sendo que a inserção da história local no processo de aprendizagem, e o foco as vezes desse estudo local pode ser sobre algum evento em alguma comunidade

De acordo com a nova LDB, Lei nº 9.394/96 – no seu artigo 26, enfatiza que a parte diversificada dos currículos do ensino fundamental e médio deve observar as características regionais e locais da sociedade e da cultura, o que abre espaço para a construção de uma proposta de ensino de História Local voltada para a divulgação do acervo cultural dos municípios e estados.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais auxiliam o professor na tarefa de reflexão e discussão do cotidiano na prática pedagógica, que pode ser transformado pelo professor, e pauta a inserção do ensino de história local no processo de aprendizagem. Os Parâmetros Curriculares Nacionais também pauta “[...] impossibilidade de transmitir o conhecimento de toda a História da humanidade em todos os tempos. Criticando essa abordagem eurocêntrica, alguns começaram a introduzir os conteúdos da história local e regional” (Brasil, 1997, p. 1).

O ensino de História local como eixo temático e como conteúdo curricular, só foi efetivada em 1990, que o ensino de História deve possibilitar ao aluno “[...] identificar relações sociais no seu próprio grupo de convívio, na localidade, na região e no país, e outras manifestações estabelecidas em outros tempos e espaços” (Brasil, 1997, p. 43).

A história local como conteúdo curricular, permite ao estudante perceber como os eventos que aconteceram no passado e os que acontecem no presente são importantes dentro do contexto em que ele vive.

Bittencourt (2011) afirma que é preciso superar a forma tradicional do ensino de História vista de forma conteudista e mecanizada, onde muitas vezes, tanto os professores e os alunos, subestimam a importância de associar a História local ao conteúdo da História. Nesse sentido, é preciso problematizar e significar

a História local levando em conta tudo o que está no entorno, o que é familiar e próximo do aluno.

As recomendações pedagógicas que norteiam o papel da escola e dos professores e relação à construção do saber histórico são as diretrizes curriculares para o ensino de história.

No ensino da História, problematizar é, também, construir uma problemática relativa ao que se passou com base em um objeto ou um conteúdo que está sendo estudado, tendo como referência o cotidiano e a realidade presentes dos alunos e do professor. Para a construção da problemática é importante levar em consideração o saber histórico já produzido e, também, outras formas de saberes, como aqueles difundido pelos meios de comunicação (Schmidt, 2004, p. 52).

As Diretrizes Curriculares Nacionais, assim como os Parâmetros Curriculares corroboram sobre a aprendizagem dos saberes da história enquanto disciplina escolar correlacionando-a com a História Local. É percebido que o ensino de História local deve ser contextualizado que o estudante conheça a sua história

O local e o cotidiano do estudante se constituem e são constitutivos de importantes dimensões do viver e podem ser problematizados, tematizados e explorados no dia-a-dia da sala de aula, com o uso da criatividade, a partir de diferentes situações.

Se entende que o valor que os lugares têm como referência para as pessoas, que lhes dá um sentido é de pertencimento a um território ou local, deve ter por base sua cultura e histórias transmitidas às novas gerações.

A História Local, sob a ótica do ensino de História, envolve grande complexidade e, portanto, uma gama de opções de abordagem variadas por parte do professor, que envolverá o seu aluno ao seu entorno, traduzindo-se em uma rica experiência de aprendizado.

A construção de identidades pessoais e sociais está relacionada à memória, já que tanto no plano individual quanto no coletivo ela permite que cada geração estabeleça vínculos com as gerações anteriores. Os indivíduos, assim como as sociedades, procuram preservar o passado como um guia que serve de orientação para enfrentar as incertezas do presente e do futuro (Barros, 2013, p. 3).

A escola e as aulas de História são lugares de memória, da história recente, imediata e distante. O processo de ensinar e aprender a pensar historicamente podem

fazer a separação entre espaço, tempos e sujeitos fazendo privilegiar os estudos locais e do cotidiano desse aluno.

O professor tem um papel essencial quando auxilia os alunos a ter percepção do seu passado, fazendo com que sejam mais interativos no seu processo de ensino aprendizagem, colocando-os como protagonistas na construção do seu próprio conhecimento, partindo das suas vivências, e trazendo para sala de aula, para uma educação mais formal.

Nosso posicionamento é de que o valor que os lugares têm como referência para as pessoas, que lhes dá um sentido de pertencimento a um território ou local, deve ter por base sua cultura e histórias transmitidas às novas gerações.

É uma das dimensões de ligação com o passado é a relação com os lugares em que vivemos e os elementos que os compõem ou compuseram. É a memória do lugar vivido e de seu patrimônio. Entretanto, com o passar dos anos, as pessoas mudam ou deixam de estar presentes nos lugares em que estiveram e que passam a ser lembradas como vivências históricas.

Sendo assim o professor pode utilizar variadas fontes, como a fonte escrita e a fonte oral, que se permite realizar trabalhos sem perder de vista os diversos aspectos da realidade histórica.

É muito importante que professor saiba escolher as estratégias e as metodologias que serão usadas em sala de aula.

O uso da história local, pode fornecer estratégias teóricas metodológicas para o avanço do processo de ensino aprendizagem em sala de aula que valorizem a história de vida do aluno. Essa estratégia é fundamental no reconhecimento identitária do aluno e que pode ser considerado para o uso no currículo escola de história local.

3 A IMPORTÂNCIA DO PATRIMÔNIO MATERIAL E IMATERIAL NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

O Patrimônio Imaterial levou um tempo para ser reconhecido e valorizado, sendo que o patrimônio cultural era visto sempre pela ótica de um grupo privilegiado, eles jugavam o que deveria ou não ser preservado. No ano 2000 saiu o decreto para a preservação de bens imateriais pelo Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial e o Programa Nacional de Patrimônio Imaterial, 2004 foi criada a política de Salvaguarda para os bens materiais.

O Instituto Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) é o órgão responsável pela proteção do patrimônio cultural e o classifica em material e imaterial. O material é composto por um conjunto de bens culturais imóveis, já o patrimônio imaterial se diz respeito aos bens e práticas de uma comunidade que se manifestam através de saberes populares, celebrações e outras formas de se manifestar.

Os sentidos e significados, sobre patrimônio material e imaterial, impulsionaram a reflexão sobre a importância de uma Educação Patrimonial estar articulada ao ensino de História. Isso porque, a Educação Patrimonial contribui para adentrarmos à história local, de forma que possamos participar do processo de reconhecimento, valorização e preservação do patrimônio.

A preservação e a valorização de bens culturais, exige uma dedicação no ensino de história, pois as ações educativas viabilizam a aproximação dos sujeitos dentro do ambiente escolar, uma memória coletiva que se estabelece entre eles.

Através das definições históricas e das definições de patrimônio material e imaterial, se consegue compreender a falta de importância e interesse em manter vivo a memória de uma comunidade. O patrimônio imaterial é passado de gerações para gerações e sofre constantes modificações ao longo do tempo.

Em algumas comunidades é muito valorizado a história e a identidade daquela local, as tradições são mantidas com um intuito de manterem vivos a sua história e também como forma de resistência daquela comunidade.

Os bens culturais de natureza imaterial dizem respeito àquelas práticas e domínios da vida social que se manifestam em saberes, ofício e modos de fazer, celebrações; formas de expressão cênicas; plásticas, musicais ou lúdicas; e nos lugares (como mercados, feiras e santuários que abrigam práticas culturais e coletivas) (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2025, p. 1).

No Brasil, é de responsabilidade do IPHAN, criado em 1937, com o intuito de proteger os bens representativos para a construção da identidade nacional.

Preservar o patrimônio é de suma importância para se compreender como as comunidades e os grupos sociais lutam para que suas tradições sejam valorizadas e reconhecidas dentro desse universo plural.

É muito importante que as comunidades consigam ter um olhar interno para descobrir e manter viva as suas práticas sociais, suas relações culturais que os diferenciam de outros grupos sociais, de outras comunidades, pois cada comunidade, cada grupo tem a sua particularidade. E percebendo o quanto é importante a sua cultura se faz ter uma compreensão maior da sua cultura e das diversidades culturais que existem, e cada um tem seus saberes e fazeres.

A Educação Patrimonial é um instrumento de “alfabetização cultural” que possibilita ao indivíduo fazer a leitura do mundo que o rodeia, levando-o à compreensão do universo sociocultural e da trajetória histórico-temporal em que está inserido. Este processo leva ao reforço da autoestima dos indivíduos e comunidades e à valorização da cultura brasileira, compreendida como múltipla e plural (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2025, p. 1).

O reconhecimento de uma comunidade/população sobre o que é patrimônio cultural seja ele material e imaterial, está cada vez crescente e sendo compreendido por diferentes sujeitos e grupos sociais comunitário, para que se tenha uma mediação em torno dos diversos bens culturais representativos de uma coletividade, fazendo com que se reconheça a sua trajetória e seus sentidos, sua individualidade e sua memória. Segundo Ricoeur (2007, p. 7), “[...] a lembrança e o esquecimento são componentes da memória, um não existe sem o outro, no processo de atualização do passado”.

O patrimônio é indispensável para o reconhecimento e valorização das identidades, principalmente se ele for para colocar uma comunidade em destaque, e essa valorização se dá através de parcerias feitas com pesquisas através de especialistas como arqueólogos e historiadores que ajudam na pesquisa e preservação, para identificar o pertencimento de uma pessoa ou manifestação a um determinado grupo social. Segundo Fonseca (2000, p. 66) “[...] dirigir o olhar para as representações que configuram uma identidade da região para seus habitantes, e que remete à paisagem, às edificações e objetos, aos fazeres e saberes, as crenças, hábitos”.

Ao mesmo tempo essa identidade de reconhecimento e construção do patrimônio ajuda a garantir alguns espaços de representação aonde se possa ser entendido como significativo para a sociedade. Essa identidade de se ver como grupo social, faz com que as pessoas construam vínculos e que alguns são mantidos por um bom tempo como forma de lembrança.

A inclusão do ensino de patrimônio no currículo escolar, pode ajudar o aluno a conhecer e valorizar a sua cultura e respeitando a cultura do outro. Uma educação participativa, na valorização do saber, das formas de expressão, das celebrações e das manifestações culturais coletivas, é uma forma de respeitar as diversidades culturais e identidade dos que vivem naquele local.

Nessa perspectiva, Bittencourt (2017, p. 278):

[...] O compromisso do setor educacional articula-se a uma educação patrimonial para as futuras gerações, centradas no pluralismo cultural. Educação que não visa apenas evocar fatos históricos 'notáveis', de consagração de determinados valores de setores sociais privilegiados, mas também concorrer à rememoração e preservação daquilo que tem significado para as diversas comunidades locais, regionais e de caráter nacional [...].

A Educação Histórica como patrimônio imaterial poder contribuir com a investigação do ensino e estimular ainda mais que o aluno perceba que as suas crenças, os saberes familiares e da comunidade são frutos de vivência do passado e que reflete no presente.

Alguns fatos que aconteceram na comunidade podem deixar ou deixam lembranças que muitas vezes podem ser lembradas ou esquecidas, isso vai depender de como a comunidade vai olhar para que fato, se vai dá importância ou não.

De acordo com o IPHAN patrimônio material é conceituado como:

O patrimônio material protegido pelo Iphan, com base em legislações específicas, é composto por um conjunto de bens culturais classificados segundo sua natureza nos quatro Livros do Tombo: arqueológico, paisagístico e etnográfico, histórico, belas artes aplicadas. Eles são divididos em bens imóveis como os núcleos urbanos, sítios arqueológicos e paisagístico e bens individuais, e moveis como coleções arqueológicas, e acervos museológicos documentais, bibliográficos, arquivísticos, videográficos, fotográfico e cinematográficos (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2013, p. 27).

Em seu artigo 216 a Constituição de 1988, diz que:

[...] bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referências à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais incluem:

I – as formas de expressão;

II – os modos de criar, fazer e viver;

III – as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV – as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V – os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (Brasil, 1998, p. 1).

O patrimônio cultural brasileiro, depois do artigo 216, passou a ter um grande significado na história. Já a Inclusão do patrimônio imaterial só se deu nos anos 2000, com o Decreto nº 3.551. Tendo como nome Registro, pois ele embasa a o asseguramento de bens culturais, sendo ele material e imaterial, abordando os seguintes itens.

I – Livro de Registro dos Saberes e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades.

II - Livro de Registro das Festas, celebrações e folguedos que marcam ritualmente a vivência do trabalho, da religiosidade e do entretenimento.

III – Livro de Registro das Linguagens verbais, musicais, iconográficas e performáticas.

IV - Livro dos Lugares (Espaços), destinado à inscrição de espaços comunitários, como mercados, feiras praças e santuários, onde se concentram e reproduzem práticas culturais coletivas

Ao longo do tempo ocorreram diferentes formas de classificar o patrimônio sendo considerado histórico, artístico e, recentemente, cultural. Essas mudanças podem estar relacionadas principalmente à concepção de identidade, memória e história de um grupo, de uma comunidade.

A preservação do patrimônio cultural, seja ele material ou imaterial, é considerada muito importante, pois este possui significados que refletem e resguardam a diversidade em que a sociedade brasileira foi fundada, além de reforçar a memória e a identidade cultural de cada pessoa e lugar.

3.1 O papel da identidade e da memória nos dias atuais

Percebemos que o papel da memória no nosso dia a dia, é importante para a nossa vida, e com o tempo passamos a valorizá-la, por isso é importante a preservação de nossa memória, seja ela individual e coletiva.

Há tantas memórias como existem grupos, a memória é por natureza múltipla e específica, coletiva, plural, e ainda assim individual, a memória é tudo que identifica uma pessoa ou lugar, podendo ser ela ser escrita, falada ou documentada, podendo ser ela uma identificação de um país (Nora, 1993, p. 21).

É importante ressaltar os conceitos de memória e identidade, que estão relacionados a história e ligados ao conceito de patrimônio. A memória ela não apenas individual, ela também é coletiva, só é individual quando a pessoa guarda para si acontecimentos que marcaram a sua vida. Quando a memória é coletiva ela diz respeito aquilo que foi vivenciado coletivamente.

A memória se destaca como conceito importante para se estudar o que é patrimônio, abordando a história coletiva e a história oral. De acordo com Le Goff (1990, p. 423) “A memória, como propriedade de conservar certas informações, remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas graças as quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas.”

Le Goff (1990) discorre sobre como a memória surgiu e as alterações que ela sofreu ao longo do tempo com as transformações da sociedade, as tradições, costumes. A sociedade tem seus lugares de memória, que são arquivos públicos, museus, bibliotecas, igrejas, e até mesmo as escolas.

Segundo Pollak (1992), a construção da memória é embasada a partir de três elementos, que são os acontecimentos individual e coletivo, que levam a um armazenamento da memória, que pode ter tido uma participação direta ou não. E mesmo não participando de um evento de forma direta, a pessoa tem lembranças de algo de importante que aconteceu.

A memória coletiva é baseada em três elementos que podem ser: algo que aconteceu, personagens e lugares. Os acontecimentos podem ser algo que marcou a vida de toda uma sociedade, os personagens são os indivíduos que estão inseridos e fazem parte dos acontecimentos que são responsáveis pelas mudanças, os lugares são os espaços que representam, os locais aonde teve os acontecimentos dos fatos, e das memórias individuais e coletivas.

Nesses lugares aonde se guarda ou preserva a memória, estão as lembranças de toda uma história construída até aqui, seja ela coletiva ou individual, história de uma família, de uma comunidade, que geralmente hoje em dia são guardados através

de fotos, de vídeos, de histórias contadas para filhos e netos. A memória coletiva se diz respeito aquilo que foi feito coletivamente, por exemplo a escola é um lugar de memória individual e coletiva. A memória só é individual quando é pessoal, um acontecimento que marcou profundamente uma pessoa.

De acordo com Le Goff (1990, p. 476), “A memória é um elemento essencial do que se costuma chamar identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia”.

Para Nora (1993) a memória ocupa um lugar que se consolida, como espaços físicos, que se tornaram locais de acontecimentos históricos tendo um grande significado.

São lugares, com efeito nos três sentidos da palavra materna, simbólico e nacional, simultaneamente, somente em graus diversos. Mesmo um lugar de aparência puramente material, como um depósito de arquivos, só é lugar de memória se a imaginação o investe de uma aura simbólica. Mesmo um lugar puramente funcional, como um manual de aula, um testamento, uma associação de antigos combates, só entra na categoria se for objeto de um ritual. Mesmo um minuto de silêncio, que parece o exemplo extremo de uma significação simbólica, e ao mesmo tempo o recorte material de uma unidade temporal e serve, periodicamente, para uma chamada concentrada da lembrança (Nora, 1993, p. 21).

Nossas lembranças são construídas a partir de uma memória coletiva, que tem como base a lembrança de um conjunto de indivíduos integrantes de um grupo, ou seja, elas estão interligadas com a sociedade, por isso a memória coletiva pode mudar de acordo com o lugar e as relações com outros ambientes.

A amplitude da memória do tempo passado terá efeito direto sobre as representações de identidade, tanto a lembrança quanto o esquecimento são partes do conjunto para a construção da memória coletiva.

Os acontecimentos são marcados por símbolos para dar sentido ao acontecido e os objetos patrimoniais são como um marco da identidade representada de um grupo, mas a sociedade faz uso da memória quando é de seu interesse.

A memória também traz consigo a discussão sobre identidade. A memória, *a priori*, parece ser uma ocorrência individual, algo relativamente privativo e próprio da pessoa (Pollak, 1992).

A ligação entre memória e identidade, se ajusta de acordo com a maneira de pensar e do imaginário de uma determinada sociedade. A memória coletiva de uma sociedade é parte da identidade dela.

Usar o conceito de memória e identidade, que é uma das formas de se perceber, no mundo, na sociedade e dentro do seu grupo social, que pode ser a família, sua comunidade, a escola e até mesmo dentro de sua religião.

É possível definir identidade como o processo pelo qual uma pessoa se reconhece e constrói laços de afinidade, tendo por base um atributo ou conjunto de atributos que distingue dos outros, seja pelo local de nascimento, religião, origem familiar ou profissão, por exemplo (Ferreira, 2016, p. 1).

A memória é construída ao longo de muito tempo, passando de geração para geração, e com isso fazendo uma ligação entre memória e identidade que compõe uma trajetória de vida daquele indivíduo, da comunidade e daquele local.

De acordo com Munanga (2012), o fator histórico, a memória e a linguística, são fundamentais para a construção da identidade. “[...] o conceito de patrimônio ganha aspectos mais amplos que buscam melhor entender o universo sociocultural com relação à memória e identidade coletiva” (Nascimento, 2011, p. 2).

Fragoso (2008, p. 45) diz que “[...] memória e identidade são inseparáveis porque a memória constrói a identidade que se manifesta como existência da memória e ambos os fenômenos estão sempre ligados, embora sejam distintos.”

A memória é de suma importância para área do patrimônio cultural, pois toda a informação guardada, todo conhecimento passado faz parte da identidade cultural, e identidade e representação faz parte de um bem cultural e sua importância para a sociedade. Logo, preservar a memória é preservar e valorizar o patrimônio histórico e cultural.

As histórias que nossos avós contam, nossos vizinhos mais velhos contam, tem um papel importante em nossas vidas e nas vidas dele, pois é através dessas histórias relatadas de suas vivências, que eles vão reconstruindo a memória e a história de sua localidade, definindo como era cada grupo, qual era a diferença entre eles, vai se construindo uma identificação cultural.

Quando se compreende o conceito de identidade através do patrimônio cultural, podemos entender a profundidade e as representações que formam e transformam as culturas, os sujeitos e os espaços, pois a identidade pode ser direcionada.

A cultura de um povo está diretamente ligada e relacionada com a sua identidade, já a cultura ela faz parte de cada sociedade e são um conjunto de conhecimento que formam as práticas culturais de cada sociedade ou de uma comunidade. Percebe-

se que a cultura tem grande influência na formação da identidade de uma comunidade e sociedade. “A construção da identidade é um fenômeno que se produz em referência aos outros, em referência aos critérios de aceitabilidade, de credibilidade e que se faz por meio da negociação direta com outros” (Nora, 1993, p. 5).

A educação patrimonial desempenha um papel importante na formação da identidade cultural de uma sociedade, de uma comunidade, e possibilita que indivíduos compreendam e valorizem suas raízes históricas e culturais.

A preservação de tradições e valores culturais se torna uma base essencial para a educação patrimonial, atuando como um meio de fortalecer a identidade coletiva e promover a coesão social. Por meio da valorização das práticas culturais, é possível estabelecer conexões significativas entre as gerações, permitindo que conhecimentos e saberes tradicionais sejam transmitidos de forma eficaz.

“O conceito de patrimônio abrange também os bens imateriais, objetos com valor sentimental, experiências e trabalhos de antepassados, tanto em âmbito individual quanto coletivo” (Santos, 2012, p. 82).

A preservação de bens culturais, bens materiais e da valorização da identidade, se constrói através das narrativas coletivas e individuais. A interação entre patrimônio e comunidade dentro de vários espaços que mostra a diferença entre elas.

A narrativa dentro das comunidades deve levar a um sentimento de pertencimento, de valorização envolvendo toda a aquela sociedade, toda aquela comunidade, para promover uma educação patrimonial de pertencimento.

Para que se dê a construção desta identidade ou identidades é necessário que o grupo se aproprie de suas manifestações, valores que serão passados de geração em geração se perpetuando na sua história.

Esse preservar da memória não está ligado apenas à conservação de relíquias antigas ou edificações, mas também à preservação de toda uma história, todo um caminho percorrido pela sociedade, desde seus tempos mais remotos até aos dias de hoje, interligando-os pela sua importância nesse processo de contínuo movimento e constante transformação (Tomaz, 2010, p. 4).

A finalidade da memória e da identidade é preservar e conservar traços do cotidiano de um certo grupo de um determinado período, respeitando a herança histórica e a importância e o valor do seu significado. Preservando os seus espaços de

pertencimento e de sua história, espaço/local esse que tenha um significado muito grande para o coletivo.

Então, pode-se afirmar que o patrimônio expressa a identidade histórica de um povo, ele contribui para preservar e manter a identidade de uma nação, de um grupo étnico, comunidade religiosa, tribo, clã, família (Choay, 1992).

A cultura, memória e identidade de um povo, é a sua herança do passado que está vivendo ou dando continuidade no presente, para que essa herança não seja esquecida. Pois a memória de um grupo, a sua história ganhe um significado para não ser esquecida.

As pessoas compartilham memórias e histórias coletivas dos grupos sociais que fazem parte, mostrando que tem os mesmos costumes ou costumes parecidos, fazendo-as se identificar umas com as outras.

3.2 Educação patrimonial e sua função

A Educação Patrimonial é uma ferramenta importante na construção da cidadania, por ser uma prática pedagógica onde o educando desempenha um papel ativo no processo de construção do conhecimento e de aprendizagem. A educação deve estar comprometida com a transformação social, criando cidadãos capazes de ler, interpretar, questionar e intervir no seu meio sociocultural.

Se reconhecer e se sentir pertencente do local em que vive, torna responsável pela preservação do patrimônio, pela continuidade e de resistência para se preservar a cultura.

Como destaca Horta (1999, p. 6):

A educação patrimonial trata-se de um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no patrimônio cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo. A partir da experiência e do contato direto com as evidências e manifestações da cultura, em todos os seus múltiplos aspectos, sentidos e significados o trabalho de Educação Patrimonial busca levar as crianças e adultos a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural.

A educação patrimonial é um instrumento que possibilita o aluno fazer perceber o mundo que o rodeia, e fazendo ele compreender que está inserido em um universo sociocultural, levando a valorização da comunidade e da sua cultura.

O ensino de história e educação patrimonial vem ganhando novas possibilidades de adentrar as salas de aula, ganhando novas práticas pedagógicas, pois durante o ensino sobre patrimônio, tornando a aula mais dinâmica e trazendo a interdisciplinaridade durante suas análises.

Essa interação nessa dinâmica de aprendizagem deve haver uma boa relação entre professor e aluno para que a estratégia de ensino seja interessante, e que possa ter um diálogo entre a sua bagagem cultural e os conteúdos trabalhados em sala de aula.

A Educação Patrimonial tem uma disposição de conteúdo que possa haver uma interação entre os diversos campos do saber, trazendo a interdisciplinaridade, fazendo-se a necessidade de uma nova metodologia em sala de aula.

Um dos processos da Educação Patrimonial é trabalhar os bens culturais de sua localidade, identidade local e cultural, fazendo com que o processo de ensino e aprendizagem que de acordo com Soares (2003, p. 24):

Educação Patrimonial é um programa que busca a conscientização das comunidades acerca da importância da criação, da valorização e da preservação dos patrimônios locais. Essa conscientização é um exercício de interação da população com os patrimônios da sua região. Para uma melhor compreensão inicial, são utilizados patrimônios concretos, vestígios que possam ser tocados ou percebidos. Somente após esse procedimento, serão trabalhados os patrimônios que se apresentam de forma abstrata, como o saber popular.

Um dos objetivos da educação patrimonial é conscientizar os indivíduos envolvidos, para buscar o reconhecimento, e preservação da sua identidade e memória cultural.

A Educação Patrimonial é um processo permanente e sistemático centrado no patrimônio Cultural, como instrumento de afirmação da cidadania. Objetiva envolver a comunidade na gestão do Patrimônio, pelo qual ela também é responsável, levando-a a apropriar-se e a usufruir dos bens e valores que o constituem (Horta, 1999, p. 4).

A educação patrimonial é um dos meios pelos quais a população pode acessar a memória histórica, e é através desse processo de educação, que o aluno vai conhecer os bens materiais e imateriais que representam o passado e a história do local em que está inserido.

Os professores devem operar como atuantes da educação patrimonial, na escola e na disciplina de sua área base, contendo no seu planejamento com assuntos que abordam a cultura que envolva o ambiente escolar.

Trabalhando o patrimônio cultural nas escolas, fortalece a relação das pessoas com suas heranças culturais. Os trabalhos podem se desenvolver em vários espaços de memória, como museus, centro histórico até mesmo na própria escola, que são espaços privilegiados.

Os temas a serem trabalhados devem estar em sintonia com os PCNs, que define a escola como espaço de formação do cidadão crítico e reflexivo e possibilita “criar condições, nas escolas, que permitam aos nossos jovens ter acesso ao conjunto de conhecimentos socialmente elaborados e reconhecidos como necessários ao exercício da cidadania (Brasil, 1998).

Utilizar metodologias que aproximem os temas vinculados ao patrimônio cultural ao cotidiano das cidades e a suas memórias dinamizam e enriquecem o aprendizado.

A temática educação patrimonial e preservação cultural são assuntos que provocam estranheza nas escolas, na sala de aula, pois só é recentemente trabalhado em duas séries durante toda a vida escolar, no 5º ano do ensino fundamental e no 1º ano do Ensino Médio. A metodologia da Educação Patrimonial foi introduzida no Brasil, mas não foi logo inserido nas escolas, só recentemente que começou a ser discutido a importância de se trabalhar em sala de aula.

O entendimento dos alunos sobre a sua realidade, cria mecanismos para fazer que ele seja um cidadão que possa fazer relações e conhecer sua cultura e entender esse processo. Para que os estudantes entendam o que é pertencimento ao lugar, e de como o passado pode ajudar a entender o seu presente. Para Bittencourt (2009, p. 171):

[...] atribui funções diferentes ao mesmo lugar. O lugar é um conjunto de objetos que têm autonomia de existência pelas coisas que se forma – ruas, edifícios, canalizações, indústrias, empresas, restaurantes, eletrificações, calçamentos -, mas que não tem autonomia de significação, pois todos os dias novas funções substituem as antigas, novas funções e interpõem e se exercem.

Se percebe que o patrimônio é composto de bens culturais que estão em constante mudança e são produzidos no cotidiano da sociedade, isso mostra como é preciso entender a ampliação do conceito de patrimônio.

Os PCNs propõem que o ensino de história na educação básica tenha temas e objeto próximos ao contexto social dos educandos. Ao se utilizar da educação patrimonial como um método de ensino, os alunos consigam interpretar e perceber o significado do mundo que o cerca, partindo do local ainda estão inseridos, como escola, bairro, comunidade e a cidade.

A ampliação do conceito de patrimônio, antes veiculado apenas aos bens de classes hegemônicas, colabora para uma nova percepção de obras produzidas no cotidiano da sociedade. Trata-se não somente de incluir, por exemplo, os saberes, as celebrações e as formas de expressão de diferentes grupos, como também de entendê-las como parte da cultura nacional. Nesse sentido, precisamos de uma educação que nos ajude a compreender que toda a produção de um grupo diz respeito a uma determinada forma de ver e sentir o mundo. É cultura, portanto (Gil, 2014, p. 48).

O processo de ensino-aprendizagem pode utilizar de outros espaços que não seja somente a sala de aula, o que pode possibilitar a ampliação dos conhecimentos.

O Guia básico de educação patrimonial mostra uma metodologia que pode ser desenvolvida através de atividades, que é dividida em quatro partes. A primeira parte trabalha o conceito de educação patrimonial, a segunda parte trás a importância de se trabalhar a interdisciplinaridade, terceira parte trabalha com propostas de elaboração de materiais didáticos.

Dentro dessas partes no guia é sugerido algumas etapas a serem seguidas que são:

Observação, percepção, identificação do objeto.

Registro visual, descrição verbal ou escrita, fixação do conhecimento.

Exploração, análise do problema e levantamento, interpretação.

Apropriação, releitura, interpretações diferentes, novas fontes, envolvimento.

Nas concepções adotadas através de uma metodologia que alcance um objetivo prático nos estudos de Educação Patrimonial, os professores podem utilizar os objetos culturais na sala de aula como uma forma de desenvolver o currículo e aproveitando para despertar no aluno um aprendizado para que o aluno tenha suas próprias curiosidades e percepções.

Levando em consideração essas etapas, é preciso se fazer refletir sobre os temas proposto, fazendo uma ligação entre a comunidade e a experiência das práticas cotidianas, que são indispensáveis para manter viva a história local, regional e os grupos das comunidades, e isso valoriza a identidade histórica e faça com que tenha esse sentimento de pertencimento.

A Educação Patrimonial proporciona aos alunos uma identificação dos bens culturais, a aprendizagem não se limita a uma única disciplina escolar, ela faz com que o encontro com outras disciplinas fará o aluno identificar os diversos aspectos em diversas áreas do conhecimento, mantendo a interdisciplinaridade.

Os PCNs informam diferentes maneiras de se trabalhar a interdisciplinaridade e a transversalidade nos currículos escolares, e abordam a Educação Patrimonial no Ensino de História.

[...] respeito à possibilidade de se estabelecer, na prática educativa, uma relação entre aprender na realidade e da realidade de conhecimentos teoricamente sistematizados (aprender sobre a realidade) e as questões da vida real e de sua transformação (aprender na realidade e da realidade) (Brasil, 1998, p. 1).

A transversalidade é uma forma de organizar de maneira o trabalho didático – pedagógico, que se encaixe nos eixos temáticos das disciplinas, vistas como disciplinas bases para as temáticas estarem alinhadas e presentes em todas as disciplinas.

De acordo com o Conselho Nacional de Educação (CNE)¹

A transversalidade orienta para a necessidade de se instituir, na prática educativa, uma analogia entre aprender conhecimentos teoricamente sistematizados (aprender sobre a realidade) e as questões da vida real (aprender na realidade e da realidade). Dentro de uma compreensão interdisciplinar do conhecimento, a transversalidade tem significado, sendo uma proposta didática que possibilita o tratamento dos conhecimentos escolares de forma integrada. Assim, nessa abordagem, a gestão do conhecimento parte do pressuposto de que os sujeitos são agentes da arte de problematizar e interrogar, e buscam procedimentos interdisciplinares capazes de acender a chama do diálogo entre diferentes sujeitos, ciências, saberes e temas (Brasil, 2010, p. 24).

Segundo os PCNs, interdisciplinaridade e transversalidade são:

A interdisciplinaridade questiona a segmentação entre os diferentes campos de conhecimento produzido por uma abordagem que não leva em conta a

¹ O Conselho Nacional de Educação, abordou amplamente sobre a transversalidade no Parecer Nº 7, de 7 de abril de 2010.

inter-relação e a influência entre eles – questiona a visão compartimentada (disciplinar) da realidade sobre qual a escola, tal como é conhecida, historicamente se constitui. Refere-se, portanto, a uma relação entre disciplinas. A transversalidade diz respeito à possibilidade de se estabelecer, na prática educativa, uma relação entre aprender na realidade e da realidade de conhecimentos teoricamente sistematizados (aprender sobre a realidade) e as questões da vida real (aprender na realidade e da realidade) (Brasil, 1997, p. 40).

Destaca-se que os PCNs trouxeram uma nova forma de se trabalhar a transversalidade e a interdisciplinaridade nos currículos escolares, destacando a temática da Educação Patrimonial, que está prevista nos Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino de História.

A transversalidade é entendida como uma forma de organizar o trabalho didático-pedagógico em que temas, eixos temáticos são integrados às disciplinas, às áreas ditas convencionais de forma a estarem presentes em todas elas. A transversalidade difere-se da interdisciplinaridade e complementam-se; ambas rejeitam a concepção de conhecimento que toma a realidade como algo estável, pronto e acabado. A primeira se refere à dimensão didático-pedagógica e a segunda, à abordagem epistemológica dos objetos de conhecimento. A transversalidade orienta para a necessidade de se instituir, na prática educativa, uma analogia entre aprender conhecimentos teoricamente sistematizados (aprender sobre a realidade) e as questões da vida real (aprender na realidade e da realidade). Dentro de uma compreensão interdisciplinar do conhecimento, a transversalidade tem significado, sendo uma proposta didática que possibilita o tratamento dos conhecimentos escolares de forma integrada. Assim, nessa abordagem, a gestão do conhecimento parte do pressuposto de que os sujeitos são agentes da arte de problematizar e interrogar, e buscam procedimentos interdisciplinares capazes de acender a chama do diálogo entre diferentes sujeitos, ciências, saberes e temas (Brasil, 2013, p. 29).

A interdisciplinaridade assim como os PNCs, expõe que um dos objetivos na escola é instigar os professores para que possam trabalhar com os conteúdos de diversas matérias, relacionando as discussões sobre patrimônio e realizando atividades com o auxílio de outras disciplinas como história, geografia, sociologia e artes.

Por isso é importante ressaltar que a escola deve propor aos professores que a temática de Educação Patrimonial nos currículos escolares é de grande importância, pois essa é a forma de conscientizar os alunos e ensinar eles a valorizarem e preservar o Patrimônio deles.

A interdisciplinaridade, aborda e integra temas contemporâneos transversais comuns entre diferentes componentes curriculares. Levando a um diálogo entre os campos dos saberes, em que cada componente curricular proporciona uma interação entre eles.

O movimento interdisciplinar surgiu na Europa, mais especificamente na França e na Itália em meados da década de 1960, época em que surgiam movimentos estudantis que colocavam em discussão a necessidade de um novo estatuto para a universidade e para a escola (Fazenda, 1994). O ensino interdisciplinar requer um trabalho conjunto entre professores e a integração não pode ocorrer somente entre as disciplinas, deve ocorrer conceitos, informações e metodologias.

E chega ao Brasil no final da década de 1960, a interdisciplinaridade via como necessidade da construção de um novo conhecimento, interferindo no currículo escolar do período, trazendo uma nova discussão e reflexão metodológica. E é dividida em 3 períodos; na década de 1970 período que se inicia o processo de conceituação básica, que foi marcada pela busca da epistemologia, década de 1990, momento de definição de uma teoria da interdisciplinaridade (Fazenda, 1994).

Discussões sobre interdisciplinaridade no cenário brasileiro se intensificou a partir da promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n. 9.394), de 1996 e com a publicação dos PCN, em 1998. Levando a várias discussões, sobre novas maneiras de alinhar teoria e prática. E a sua inclusão no currículo escolar, pode propiciar ao aluno conhecer para valorizar a sua cultura.

A expressão Educação Patrimonial, concebida como uma proposta metodológica e um tipo de ação social, visa analisar os bens culturais como fonte histórica, atrelando a ação direta na vida prática do sujeito, recuperando as conexões entre as gerações, promovendo a apropriação pelas comunidades e pelos estudantes de sua herança cultural, reforçando e desenvolvendo na escola, nos sistemas de educação formal e não-formal, com crianças e adultos (Horta, 2000).

A Educação Patrimonial pode ser atribuída a três campos; educação, patrimônio e cultura. Esses campos, apesar de serem independente existe uma forte relação entre eles, e dependendo da abordagem as metodologias elas ligam-se entre si.

E pode ser pensada a partir de elementos que atendam as demandas contemporâneas, e acima de tudo, acredita que ela pode ser instituída de arcabouços teóricos e metodológicos capazes de sustentar essa nomenclatura em campos conceituais.

A definição elaborada pelo IPHAN é:

A Educação Patrimonial se constitui de todos os processos educativos formais e não formais que têm como foco o patrimônio cultural apropriado socialmente como recurso para a compreensão sócia histórica das referências culturais em todas as suas manifestações com o objetivo de colaborar para o seu reconhecimento, valorização e preservação. Considera ainda que os

processos educativos de base democrática devam primar pela construção coletiva e democrática do conhecimento, por meio do diálogo permanente entre os agentes culturais e sociais e pela participação efetiva das comunidades detentoras e produtoras das referências culturais onde convivem noções de patrimônio cultural diversas (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2014, p. 19).

Educação Patrimonial é vista como auxílio a outras áreas, como uma metodologia de ajuda. Percebe-se a ausência da importância da noção de uma aprendizagem dentro do ponto de vista do campo pedagógico, em que esta deve ser essencial, para se obter a autoestima, e ser construída na mediação de diversos campos em que se acredita na educação como o ponto principal para o crescimento intelectual do estudante.

O guia do IPHAN (2014) aponta para diretrizes e conceitos sobre o patrimônio cultural. E aborda a seguinte observação:

Nos últimos anos, multiplicaram-se iniciativas educacionais voltadas à preservação patrimonial. Ao se adotara expressão Educação Patrimonial, uma grande variedade de ações e projetos com concepções, métodos, práticas e objetivos pedagógicos distintos foi realizada por todo o país. Não obstante a extrema pertinência e a importância dos resultados alcançados por essas iniciativas nem sempre se discernem uma orientação programática definida, subjacente a esse conjunto heterogêneo: ações pontuais e esporádicas de promoção e divulgação se acotovelam com propostas educativas continuadas, inseridas na dinâmica social das localidades; projetos e encontros, materiais de apoio, cadernos temáticos e publicações resultantes de oficinas se misturam a práticas significativas em que esses materiais não constituem um fim em si mesmo; ao contrário, compõem partes de processos educativos. (Brasil, 2014, p. 19).

O guia aborda uma reflexão sobre o termo Educação Patrimonial e ainda fala da importância de se trabalhar a interdisciplinaridade como metodologia.

A ideia é pensar a educação não como um complemento de outros campos científicos, mas sim como um campo do saber com intuito de instruir da melhor forma como se ler um patrimônio cultural, sem desconsiderar a bagagem e o entendimento inicial que a comunidade e os indivíduos possuem sobre ele.

Na contemporaneidade, as referências culturais, compreendem a Educação Patrimonial como um objeto de estudo autônomo e, por isso, um campo de conhecimento em si, poderia ser um caminho a se seguir, só que é um processo e um método de conhecimento serão aplicados de maneira interdisciplinar, multidisciplinar e disciplinar no campo pedagógico. A questão multidisciplinar seria um método que integra conteúdos de diferentes áreas para estudar ou compreender um tema específico.

A princípio entende-se que a Educação Patrimonial pode ser trabalhada de forma interdisciplinar a serviço da aprendizagem. Desde que se priorize a educação como forma de instrução e área do conhecimento em consonância com diferentes campos científicos e, estes a serviço do patrimônio e da sociedade.

O patrimônio imaterial consiste é uma cultura dinâmica, a educação patrimonial no ponto de vista do saber, está a serviço da aprendizagem. Refletir sobre educação possibilita uma visão ampla, que é criado por etapas para se obter um sentido técnico e metodológico.

A importância da cultura para a educação patrimonial, está ligada as riquezas da sociedade, e está ligado as referências do que é material e imaterial. E isso envolve a história, a memória e a identidade de uma comunidade, Memória e identidade essa que se não for cuidado, preservado, vai se perder ao longo do tempo.

Para alguns professores o tema de Educação Patrimonial é recente, apesar de estar discurrido na BNCC, mais muitos desconhecem a temática e não sabe o que e como trabalhar em sala de aula.

A educação patrimonial pode operar como um incentivo para um aprendizado intercultural de reconhecimento da importância do patrimônio como recurso de aprendizagem e desenvolvimento humano.

Ao explorar o patrimônio, os educadores ajudam os alunos a desenvolver uma conexão emocional com seus legados, o que, como evidenciado pela importância da emoção e da cognição na preservação cultural, acrescenta profundidade ao entendimento da identidade coletiva

3.3 A escola como um lugar de patrimônio

A escola pública pode desempenhar um papel central na construção de uma sociedade justa e igualitária, fornecendo educação de qualidade a todos os cidadãos, independentemente de sua origem socioeconômica. Além disso, a escola pública vai além de ser apenas um espaço de aprendizado, podendo ser concebida como um patrimônio imaterial que reflete a identidade cultural e histórica de uma comunidade. Ela é um lugar de memória, afetividade, cultura, política e social, além de ser um espaço de conhecimento, discussão e reflexão da realidade.

A escola pública enfrenta desafios em relação à sua valorização e reconhecimento adequados, surgindo a necessidade de compreender e interpretar a escola pública como patrimônio imaterial, reconhecendo sua importância cultural e histórica.

Ao fazê-lo, espera-se contribuir para a preservação desse patrimônio cultural e para a promoção de uma educação pública de qualidade para todos os cidadãos “[...] o reconhecimento das escolas públicas não só como um espaço transformador, mas sim, como lugar de memória, por conseguinte, um patrimônio intelectual, logo, de natureza imaterial, que deve ser respeitada e preservada” (Moreira, 2021, p. 26).

A idealização de uma educação pública e de escola como lugar de conhecimento formal, vem desde o século XVIII, com a Revolução Francesa. Aqueles que tinha uma boa educação eram vistos como privilegiados.

No Brasil a educação vista como pública, pois era mantida pela coroa portuguesa e administrada por religiosos. Com o passar do tempo a educação foi ganhando novas diretrizes e chegando ao modelo que temos hoje.

Como já foi dito, o patrimônio pode ser material e imaterial, como os espaços de igrejas, praças, museus, bairros, cidades, arquivos e escolas, segundo o IPHAN Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

A escola pode ser vista como lugar ou espaço de patrimônio, de memória e de identidade, pois nesse espaço que passamos parte de nova vida, construímos relações amigáveis, afeto e memória, com pessoas que por ali passaram e formamos uma parte de nossa identidade. As relações que ali são construídas ao longo do tempo podem se dizer que é a memória que foi construída por aqueles que passaram por ela e por aqueles que ainda permanecem.

O espaço escolar não pode ser visto apenas como um espaço que guarda a memória, mais um espaço aonde o aluno aprende sobre o que é conscientização patrimonial.

A educação patrimonial tem uma significação grande, por meio da LDB 9.394/96 que aponta no artigo 1º que é fundamental o estudo da realidade social, política e cultural. Já os PCN's Parâmetros Curriculares Nacionais indicam, as diversidades regionais e locais, que levam a uma educação plural e cultural.

[...] cabe às escolas de ensino médio contribuir para a formação de jovens críticos e autônomos, entendendo a crítica como a compreensão informada dos fenômenos naturais e culturais, e autonomia como a capacidade de tomar decisões fundamentadas e responsáveis (Brasil, 2018, p. 463).

As relações do sujeito com o tempo passado, pode ser trabalhado em forma de valorização de identidades culturais através das histórias das comunidades para se chegar no processo de valorização da cultura local do patrimônio.

A escola é um dos principais espaços de ensinamento na formação cultural de uma pessoa, pois na escola se conhece sobre a formação da história de sua cidade, seu bairro e sua comunidade.

A educação patrimonial deve ser trabalhada com os alunos de maneira interdisciplinar, como mostram os Parâmetros Curriculares Nacionais (1998). Para Horta (1999, p. 6), “[...] a educação patrimonial é um processo de alfabetização cultural”.

Dentro da escola podem ser realizadas diversas atividades, utilizando a metodologia de educação patrimonial, tentando envolver a comunidade local.

A escola deve formar cidadãos mais responsáveis e conscientes com a preservação do patrimônio

De acordo com as orientações do PCNs são para que a educação seja uma construção da cidadania, incluindo a diversidade cultural brasileira como parte do seu patrimônio cultural. Permitindo ao estudante reconhecer as diferenças culturais na construção de sua identidade, proporcionando um conhecimento sobre a diversidade proporcionando a construção de um cidadão mais atuante na sociedade.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais foram elaborados procurando, de um lado, respeitar diversidades regionais, culturais, políticas existentes no país e, de outro, considerar a necessidade de construir referências nacionais comuns ao processo educativo em todas as regiões brasileiras. Com isso pretende-se criar condições, nas escolas, que permitam aos nossos jovens ter acesso ao conjunto de conhecimentos socialmente elaborados e reconhecidos como necessários ao exercício da cidadania (Brasil, 1998, p. 1).

Os PCN's propõem que o ensino de História na educação básica parta de temas e objetos próximos ao contexto social dos educandos.

Torres (2009, p. 52) afirma que “[...] uma das funções sociais da escola é preparar o cidadão para o exercício pleno da cidadania vivendo como profissional e cidadão”. A escola precisa seguir as mudanças da sociedade, promovendo educação e alinhando as funções dos indivíduos na sociedade, ensino.

Segundo a LDB, Artigo 22, as finalidades da educação, além de abrangentes, são desafiadoras e “A educação básica tem por finalidades desenvolver o educando,

assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos superiores” (Brasil, 2001, p. 8).

A escola é composta de bens moveis e imóveis, que são as instalações físicas e os materiais utilizados na escola, que representa o patrimônio escolar, ou seja, o que identifica enquanto escola. É preciso conscientizar os alunos e a comunidade que a escola também é um bem público, um patrimônio.

Para isso é necessário desenvolver propostas de preservação com os alunos. Lembrando sempre que a escola também é um lugar de produção cultural, que se determina nas práticas dos processos formativos. O modo de se relacionar, de se sociabilizar, faz parte da formação básica compartilhando uma cultura e passando a ser um patrimônio em comum.

O estudo do patrimônio cultural e da escola enquanto patrimônio, está relacionado a educação, nas representatividades materiais e imateriais de uma sociedade, para poder compreender e auxilia na reflexão do presente

A constituição do patrimônio cultural diverso e múltiplo e sua importância para a formação de uma memória social e nacional, sem exclusões e discriminações, são abordagens necessárias aos educandos, é o que aborda as Orientações Curriculares para o ensino médio.

A escola pública, por sua vez, pode ser considerada como um componente importante do patrimônio imaterial de uma comunidade. Ela é um espaço educacional que desempenha um papel fundamental na transmissão de conhecimentos, valores, tradições e práticas sociais ao longo do tempo. Através da educação oferecida pela escola pública, as gerações são preparadas e formadas, possibilitando a continuidade e a preservação do conhecimento coletivo de uma sociedade.

A escola sendo um local de memória social e sendo patrimônio educativo, pois é um meio fundamental para fazer análises das práticas escolares, do cotidiano escolar e reconhecer e aprender sobre o seu passado.

A análise do patrimônio escolar deve pensar a necessidade de entendimento da história de ensino, para compreender a escola contemporânea, como as produções e os significados atuais, o saber fazer na cultura escolar, pensando essa nova forma como um patrimônio.

A BNCC orienta que no ensino de História o aluno seja estimulado pelo professor para compreender os processos históricos, os processos das relações de poder e

os mecanismos de transformação das estruturas sociais, políticas e econômicas que ocorreram ao longo do tempo.

A nova proposta curricular, a disciplina foi organizada em eixos temático, não sendo vista ou estudada em uma ordem cronológica, como na forma tradicional que ainda é ensinada em diversos locais e escolas. A função desse eixo temático é discutir e fazer uma reflexão sobre vários momentos histórico, construindo e possibilitando conteúdos e atividades que levem o aluno a se apropriar do conhecimento.

Através do ensino, da aprendizagem e da vivência cotidiana na escola pública, os indivíduos constroem sua identidade cultural e se conectam com a história e a cultura de seu grupo social.

A escola pública, em uma visão ampla e otimista da educação pública, tem o potencial de fornecer um ensino formativo para o completo desenvolvimento das capacidades intelectuais e morais dos indivíduos, indo além da mera adaptação social.

A escola é o lugar de fluxo de gerações. Os que passam por ela aprendem partes importantes do conhecimento necessário para a construção da vida de cada sujeito. Ela não é apenas um lugar de ensino ou saída de informação, mas sim, de onde são trazidas contribuições para a vida das pessoas (Moreira, 2021, p. 62).

As reformas da educação que são as orientações para o Ensino Médio, se deu com umas das reformas em 2017 com a Lei nº. 13.415/17 e da Base Comum Curricular, orientando para a formação do indivíduo.

A LDB, organiza os níveis educacionais em Educação Básica: Educação infantil, fundamental e médio e o ensino superior. Já o Documento Curricular de Território Maranhense aborda as modalidades citadas acima, especificando o contexto educacional do Estado.

A reformulação do Ensino Médio se deu em 2017 com a Lei nº 13.415, a reforma desse ano alterou a LDB e as Diretrizes Curriculares Nacionais para o ensino médio e foram atualizadas por meio da Resolução CNE/CEB de 21 de dezembro de 2018. Depois da atualização, se deu uma a construção curricular do Estado do Maranhão.

O DCTMA, é um documento elaborado pela Secretária de Estado da Educação (SEDUC) que foi feito para orientar as ações das escolas do estado do Maranhão, tendo como objetivo atender a necessidade curricular do estado de acordo com a

diversidade sociocultural e agregar questões que identifique a identidade coletiva do Maranhão.

Medindo a reestruturação curricular apresentada para o novo ensino médio, reforçando uma formação tecnicista.

O currículo escolar, orienta as ações que devem ser realizadas na escola de maneira didático e pedagógica, respeitando cada conteúdo e área de conhecimento. Saviani (2020), o currículo em ato é a expressão da escola em seu pleno funcionamento.

O DCTMA do ensino médio, foi construído a partir da reforma do Ensino Médio, de acordo com a Lei 13.415/2017. Antes a Lei educacional que regia todo o território brasileiro era a Lei 9.394/96.

Conforme a Lei 9.394/96 se compreender

- I - a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos;
- II - a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores;
- III - o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico;
- IV - a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina (Brasil, 1996, p. 1).

O sistema de ensino era regido pela medida provisória nº 756/2016 e hoje é a Lei 13.415/2017 e a nova BNCC, essa mudança se deu pela explicação da baixa qualidade do ensino médio e pela falta de interesse do currículo para os alunos, por conta do excesso de disciplina e pela falta de articulação do currículo com a realidade dos alunos. Com a revogação da Lei 13.415, as disciplinas foram distribuídas por área de conhecimento; ciências da natureza, linguagens e suas tecnologias, matemática e suas tecnologias e ciências humanas e sociais aplicadas²

[...] competências e habilidades requeridas por uma organização da produção na qual criatividade, autonomia e capacidade de solucionar problemas serão cada vez mais importantes, comparadas à repetição de tarefas rotineiras (Brasil, 1998, p. 17).

² Organização do currículo por áreas de conhecimentos em 2018, mesmo sendo revogada não excluiu nenhuma disciplina. Apenas fortaleceu a contextualização entre a disciplina e a realidade dos alunos, pedindo a contribuição do professor incentivando o protagonismo juvenil.

Mesmo apresentando que essas mudanças seriam porque existia uma crise curricular, e voltando para as competências e habilidades, a revogação foi feita afim de trazer um desenvolvimento através das habilidades voltado para a ciência, cultura e tecnologia. Mesmo trazendo essas habilidades por eixos, houve uma redução da carga horaria das disciplinas, mantendo como obrigatórias apenas as disciplinas de língua portuguesa, matemática e língua estrangeira.

A BNCC é um documento curricular oficial e deve embasar os currículos dos diversos municípios e estados do Brasil. O currículo tem como prática a representação de conhecimento, o componente curricular da disciplina de História na BNCC, legitima a aptidão de alguns conhecimentos.

O currículo de História é composto de conteúdos agrupados para formar a grade curricular em diferentes níveis de ensino. No sentido de ensinar História, a escola pode fazer relações do currículo, com o conhecimento histórico escolar, na produção e divulgação do conhecimento.

O ensino de história indica que existe a possibilidade de mostrar as diferenças, a diversidade sociocultural e étnica, promovendo uma discussão inclusiva sobre sujeitos e identidades no processo de escolarização.

A reforma curricular no Maranhão no ensino médio teve a sua implementação na Lei 13.415/17 que alterou a também a LDB. O intuito dessa mudança era oferecer uma educação de qualidade que fosse adaptada a realidade do aluno.

A reforma foi inserida ao Documento Curricular para o Território Maranhense do Ensino Médio (DCTM-EM), sendo aprovada pelo conselho Estadual de Educação através do parecer nº 340/2021. O novo currículo foi implantado em 2022 nas escolas de ensino médio públicas e privadas em 2022 para os alunos no 1º ano. E essa implantação ocorreu de forma gradativa, sendo obrigatória está presente em todas as séries do ensino médio no ano de 2024. “[...] a organização do desenho curricular em atendimento à Lei nº 13.415/2017, para além do estudo da legislação educacional, pautou-se nas experiências da própria rede de ensino” (Maranhão, 2021, p. 7).

As orientações da BNCC, junto com a proposta curricular contida no DCTM traz as competências para serem desenvolvidas nas diferentes áreas de conhecimento Linguagens e suas Tecnologias, Matemática e suas Tecnologias, Ciência da Natureza e suas Tecnologias e Ciências Humanas e Sociais Aplicadas.

Outra parte do DCTM é o destaque para se trabalhar o desenvolvimento das competências socioeconômicas, do autoconhecimento, a responsabilidade, produtividade, cooperação e equilíbrio das emoções, mas tudo sendo baseado na BNCC.

O documento também faz indicação aos itinerários formativos, fazendo uma integração também com a interdisciplinaridade e transdisciplinaridade, mais respeitando as peculiaridades e as especificações de cada disciplina.

[...] estamos entendendo currículo como as experiências escolares que se desdobram em torno do conhecimento, em meio a relações sociais, e que contribuem para a construção das identidades de nossos/as estudantes. Currículo associa-se, assim, ao conjunto de esforços pedagógicos desenvolvidos com intenções educativas (Moreira; Candau, 2007, p. 18).

De acordo com o DCTM o novo currículo, as escolas devem ter propostas focando no protagonismo estudantil e valorizando a criatividade do aluno, estimulando a criatividade e possibilitando o aprendizado através dos itinerários formativos³, que devem ser ofertados aos alunos e eles devem escolher qual itinerário deve seguir:

As mudanças no ensino médio, com os itinerários formativos que flexibilizam o currículo possibilitando aos estudantes escolher caminhos e aprofundar conhecimentos em uma ou mais áreas, provocam mudanças estruturais em todos os âmbitos da organização pedagógica da escola (Maranhão, 2022, p. 1).

O estudante precisa entender que ele é o responsável pela construção de sua aprendizagem, e a escolha dos itinerários formativos vai ser importante para a sua caminhada educacional no ensino médio é crucial para o sucesso na sua vida. “Com a implantação do Novo Ensino Médio, tal perspectiva formativa é ampliada, no conceito e na prática pedagógica, a todos os jovens maranhenses, a despeito da escola onde estudam” (Maranhão, 2022, p. 63).

Os itinerários são organizados pelos de acordo com os componentes curriculares da Base Nacional Comum Curricular, pois eles que garantem a continuidade da formação geral básica, e dos componentes da parte de formação diversificada que assegura o enriquecimento da aprendizagem em uma ou mais áreas do conhecimento, com o desenvolvimento das habilidades nos eixos estruturantes de acordo com a escolha do estudante.

³ São o conjunto de disciplinas, projetos, oficinas, núcleos de estudo, entre outras situações de trabalho, que os estudantes poderão escolher no ensino médio.

4 USOS E SENTIDOS DA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

O termo patrimônio tem origem na palavra pater que significa pai ou paterno e representa os bens de herança, que era passadas para as novas gerações como uma maneira de transmitir conhecimento e poder. A preservação de bens era apenas para uso próprio e não para a coletividade.

O IPHAN é o organismo federal, responsável pela proteção do patrimônio cultural e o classifica em material e imaterial.

A valorização do patrimônio cultural enquanto culto ao passado para a formação da consciência nacional e que deveria ser realizada com educandos, situando-os nos lugares de memória construídos pela sociedade.

O IPHAN dedica uma área de sua atuação para a Educação Patrimonial com a publicação de vários livros, artigos em revistas e ações concretas.

Todas as vezes que as pessoas se reúnem para construir e dividir conhecimentos, investigar para conhecer melhor, entender e transformar a realidade que as cerca estão realizando uma ação educativa. Quando tudo isso é feito levando em conta algo relativo ao patrimônio cultural, então se trata de Educação Patrimonial (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2014, p. 1).

A Educação Patrimonial deve ter significado e ser percebidas nas práticas diárias onde as políticas públicas na área, deveriam associar continuamente os bens culturais e a vida cotidiana, como criação de símbolos e circulação de significados para o grupo ou comunidade que habitam com os Patrimônios Culturais.

A educação patrimonial muitas vezes é vista como um fator que media espaços educativos de um local. O patrimônio cultural vai além de museus, de monumentos, de arquivos, ele se estende a além dos espaços físicos. O patrimônio está integrado em várias dimensões da vida da pessoa e ligadas as práticas do dia a dia, demarcando referências culturais e de identidade daquele local.

A LDB – Lei 9.394/96, que prevê esses parâmetros em seu art.1º, que a educação patrimonial pode ser entendida como uma proposta interdisciplinar de ensino que tem o patrimônio cultural como objeto de conhecimento.

“Assim, é necessário estabelecer um currículo que privilegie a valorização do patrimônio cultural, sendo analisados pelos educadores que anseiam fazer uso desta prática educativa” (Soares, 2008, p. 1).

É importante para a educação que haja um reconhecimento da memória coletiva para a formação do indivíduo, que sejam capazes de conhecer e respeitar a sua própria história local e cultural, e que as ações de reconhecimento sejam voltadas para a educação patrimonial.

Uma outra ação educativa de preservação do patrimônio cultural está voltada para políticas públicas voltadas ao turismo, educação, meio ambiente e o desenvolvimento urbano.

Considerar o Patrimônio Cultural como tema transversal e interdisciplinar, no processo criativo pode potencializar uma ampla escolarização, inserindo contextos culturais aonde a escola não é o único a deter o conhecimento.

O tema Educação Patrimonial é um movimento que visa recuperar, valorizar e ressignificar a trajetória seguida por outros que, a seu modo e em outros tempos, se debruçaram sobre a importante tarefa de encontrar ferramentas para valorizar e preservar a memória e o Patrimônio Cultural Brasileiro. É fundamental para a construção coletiva de uma nova percepção das ações educativas nesse campo.

A educação é vista em um sentido mais amplo de reconhecimento de uma sociedade, e uma sociedade que não se reconhece pode sofrer a perda de sua identidade, esse fortalecimento de sua cultura é de extrema importância para uma postura de desenvolvimento de sua cidadania.

A Educação Patrimonial é interpretada por Horta (1999, p. 6) como “[...] um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo”, torna-se um poderoso instrumento no processo de reencontro do indivíduo consigo mesmo, e resgatando sua autoestima através da revalorização e reconquista de sua própria cultura e identidade, ao perceber seu entorno e a si mesmo em seu contexto cultural como um todo, transformando-se em principal agente de preservação.

Nos PCNs existem as metas para ser trabalhadas e cumpridas, as metas 12 a 19, ressaltam a importância de se trabalhar a interdisciplinaridade.

A Educação Patrimonial procura despertar, através do meio educacional, para a importância de inserir os assuntos culturais no processo de ensino/aprendizagem, onde a escola tem o papel de incentivar a preservação da cultura perante a sociedade, possibilitando assim um trabalho coletivo, interagindo com familiares e membros da comunidade e reconhecendo as manifestações culturais do entorno, valorizando o próprio patrimônio.

Conforme Horta (1999), toda a fonte primária de conhecimento e aprendizado deve ser valorizada como instrumento de motivação individual e coletiva, para a prática da cidadania, o resgate da autoestima dos grupos culturais e o estabelecimento de um diálogo entre as gerações.

A Educação Patrimonial consiste em provocar situações de aprendizado sobre o processo cultural e seus produtos e manifestações, que despertem nos alunos o interesse em resolver questões significativas para a vida pessoal e coletiva. É também um processo permanente e sistemático de trabalho educacional situado no Patrimônio Cultural como fonte elementar de conhecimento e desenvolvimento individual e coletivo.

A educação patrimonial permite à comunidade reapropriar-se de lugares, histórias, objetos, monumentos e tradições que foram ou são importantes do seu ponto de vista.

A necessidade de se trabalhar o patrimônio nas escolas, faz com que as pessoas fortaleçam as suas relações culturais e suas heranças e percebendo o quanto é importante. A característica da interdisciplinaridade é uma forma que se tem de trabalhar a educação patrimonial dando importância dela no currículo como tema transversal.

A Educação Patrimonial se efetiva em sala de aula, quando desenvolve a reflexão crítica dos alunos acerca da importância dos bens culturais, contribuindo para a sua cidadania. A construção da proposta pedagógica no ensino de História para a Educação Patrimonial, tem o seu caráter interdisciplinar somando ao processo de educacional.

4.1 Contextualização e característica da escola

A Escola Centro de Ensino Cruzeiro do Sul (Centro de Educa Mais Cruzeiro do Sul), uma escola que está passando pelo período de transição de escola de Tempo Regular para escola de Tempo Integral.

Escola Centro de Ensino Cruzeiro do Sul (Centro de Educa Mais Cruzeiro do Sul), fica localizada na Estrada da Vila Nova, S/N, bairro da Vila Nova, que faz parte da área Itaqui-Bacanga (área a oeste de São Luís, localizada entre a barragem do rio Bacanga e a área portuária do Itaqui), situada próxima aos bairros Mauro Fecury I e

II, São Raimundo, Vila Ariri, Vila São Luís e Bonfim, atendendo a demanda de alunos dessas comunidades.

A escola surgiu devido as várias reivindicações da comunidade que foram iniciadas na década de 1980, pois não existia escola na região, os moradores junto as lideranças comunitárias reivindicando ao governo do Estado, para a construção de uma escola para atender toda área citada a cima.

A escola foi inaugurada em 1992, sendo entregue inicialmente com 04 salas de aula, dois banheiros, 01secretária, 01 diretoria e a cantina.

Após reformas, atualmente a estrutura física da escola está com 06 salas de aula, 04 banheiros (02 para alunos e 02 para professores), 01 sala de coordenação pedagógica, 01 secretária, 01 biblioteca, 01 sala de arquivo, 01 sala de professores, 01 laboratório de informática, 01 laboratório de química, 01 depósito e 01 cantina.

A escola está passando pelo segundo processo de transição, inicialmente era uma escola que oferecia apenas o ensino de nível Fundamental e logo depois oferecendo o nível Médio.

Em 2007 no turno noturno foi iniciando o Ensino Médio na modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA), pois não havia na região escola de nível Médio, em 2010 no diurno começou a ser oferecido a comunidade o Ensino Médio Regular. No ano de 2013 a escola foi instituída como Escola de Ensino Médio oferecendo apenas o ensino Médio, e somente em 2016 passou a ser chamada de Centro de Ensino. Essa foi a primeira transição que a escola passou.

No ano de 2024 a escola foi escolhida para passar pela segunda transição, passando a fazer parte das escolas de Tempo Integral da rede dos Centros Educaís, essa transição está sendo de forma gradual. No momento está funcionando nas duas modalidades Ensino Regular nos dois turnos (sendo duas turmas de cada série) com turmas do segundo e terceiro ano e apenas as duas turmas do primeiro ano é integral.

Atualmente, a escola dispõe do seguinte quadro funcional:

Trio Gestor

01 Gestora Geral, 01 Gestor Pedagógico, 01 Gestor Financeiro

Coordenadores de Área

01 Coordenador da área de Humanas

01 Coordenador da área de Ciências da Natureza

01 Coordenador da área de Linguagens

13 Professores

04 Vigilantes – 2 diurnos e 2 noturnos

01 Auxiliar de biblioteca

01 Arquivo

05 Cozinheiros

03 Apoios (Auxiliares de Serviços Gerais - ASG)

A fachada da escola também sofreu modificações, está é a frente da escola como era no final de 2025 e como está no início de 2025, a pintura da fachada mudou por conta do processo de transição, sofre a mudança das cores e foi acrescentado o nome Centro Educa Mais.

Figura 1 - Faixada antiga da escola



Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Figura 2 - Faixada atual da escola



Fonte: Dados da pesquisa (2025).

4.2 Desenvolvimento do projeto/eletiva

A Educação Patrimonial foi trabalhada na disciplina Eletiva de Base⁴, é uma disciplina aonde é construído um projeto interdisciplinar para se trabalhar com os alunos, fazendo uma abordagem transversal e interdisciplinar possibilitando o envolvimento metodológico entre as áreas de conhecimento.

Assim, a BNCC do Ensino Médio estabelece competências e habilidades para as quatro áreas do conhecimento: Linguagens e suas Tecnologias, Matemática e suas Tecnologias, Ciências da Natureza e suas Tecnologias e Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. O documento também determina que as escolas e redes de ensino devem organizar seus currículos para que os componentes curriculares de cada área sejam trabalhados de forma integrada à exceção de Língua Portuguesa e Matemática, que “[...] são as únicas disciplinas com habilidades específicas, que precisarão ser trabalhadas obrigatoriamente durante toda a extensão do Ensino Médio” (Brasil, 2018, p. 11). “Os itinerários, somados às competências e habilidades propostas pela BNCC, compõem obrigatoriamente o currículo do Novo Ensino Médio” (Brasil, 2018, p. 13).

⁴ A Eletiva de Base é uma disciplina do componente curricular que complementa a formação geral básica dos estudantes, visa aprofundar e diversificar o conhecimento e as habilidades do aluno, e faz parte da formação geral da BNCC e tem o intuito de trabalhar a interdisciplinaridade.

A organização dos itinerários por área de conhecimento e habilidades e competências, traz a possibilidade de um engajamento maior por parte dos alunos.

Tais itinerários podem ser ofertados de acordo com as particularidades e as possibilidades de cada rede de ensino, sendo que os estudantes podem optar por um ou mais itinerários formativos, de maneira concomitante ou sequencial (Brasil, 2018).

Ainda sobre a escolha dos itinerários pelos estudantes, existem três possibilidades: as redes podem ofertar um itinerário composto 1) apenas por componentes curriculares obrigatórios; 2) componentes obrigatórios e eletivos; 3) apenas componentes eletivos. Quanto às disciplinas eletivas, quando ofertadas pelas redes de ensino, entende-se que essas, como o próprio nome já explicita, serão escolhidas pelos próprios estudantes. Para que isso seja possível, as escolas devem ofertar, no mínimo, duas disciplinas para que os alunos possam fazer a escolha de uma delas. Com isso, espera-se desenvolver o protagonismo, a autonomia e a responsabilidade dos jovens, uma vez que eles mesmo poderão escolher parte de seu currículo.

A Eletiva surgiu trazendo uma possibilidade de complementar os itinerários formativos, aprofundando o conhecimento relacionados a área de escolha do aluno, afim de ampliar o campo de estudo desse aluno, estimulando uma participação ativa.

Os estudantes durante a escolha dos itinerários podem optar em por aquele itinerário que mais tem afinidade e que consiste em ser por componentes curriculares obrigatório, componentes obrigatórios e eletivos, apenas componentes eletivos.

Quanto das ofertas da disciplina eletiva, quando ofertada pelas redes de ensino, tanto pública quanto privada, e a Eletiva deve ser escolhida pelos próprios estudantes, e a escola deve ofertar no mínimo duas opções de temas a serem trabalhos na Eletiva durante um semestre, para que o aluno possa escolher aquela que ele tenha maior interesse de aprender e participar. Tendo um envolvimento de autonomia e responsabilidade, levando ao aluno a se tornar o protagonista de seu aprendizado, pois ele é responsável em escolher através da eletiva o tema que vai fazer parte do seu currículo.

Outra questão importante a ser ressaltada é que as eletivas devem ser trabalhadas de maneira interdisciplinar e com o apoio de novas metodologias de ensino, não precisando estar obrigatoriamente ligadas às áreas de aprofundamento escolhidas pelos estudantes.

Tais matérias têm como intenção permitir que temas relevantes para o contexto sociocultural e do mundo do trabalho dos estudantes sejam abordados, discutidos e

aprofundados para que seja possibilitada aos alunos uma formação mais adequada às exigências da contemporaneidade. Contudo, vale pontuar que as disciplinas eletivas, embora relevantes para o desenvolvimento integral do estudante, não fazem parte obrigatória da composição do currículo do Novo Ensino Médio, ficando a cargo da rede de ensino ofertá-las, considerando a sua realidade e o seu contexto.

A Educação Patrimonial está entre diferentes disciplinas, que pode oferecer diferentes diálogos entre as áreas do saber. Mesmo não tendo um conceito fechado se acredita que:

[...] o conceito de Educação Patrimonial deva servir como sinal que nos obriga a questionar o papel da educação na constituição do patrimônio, o papel do patrimônio no processo educativo e a função de ambos na dinâmica social que articula a lembrança e o esquecimento (Silveira; Bezerra, 2007, p. 93).

Entende-se que a Educação Patrimonial precisa estar inserida no contexto escolar, para se pensar em um lugar de qual é o seu papel social.

Refletindo sobre a importância de se aprender sobre o local aonde se vive, participando e conhecendo a sua própria história, e do local aonde se vive.

Vale ressaltar que estudar sobre a história local tendo o auxílio da educação patrimonial e de outras áreas do conhecimento, se percebe que as disciplinas não são independentes, elas dependem de um apoio um das outras, trazendo assim a interdisciplinaridade para a sala de aula e para o currículo.

O currículo é organizado de uma maneira prática, pois é a partir dele que se determina políticas educacionais e a forma com as atividades devem ser trabalhadas em sala de aula, o que demonstra como é relevante o currículo se compreender como é o seu processo de construção para a educação e de execução em sala de aula.

A disciplina Eletiva tem como foco incentivar e desenvolver o protagonismo, para assim garantir uma aprendizagem comum de acordo com a BNCC.

4.3 Construção da disciplina eletiva

Inicialmente, a disciplina Eletiva estava sendo ministrada pela professora de Filosofia intitulada “Saúde e Ética”, por um erro de mapeamento com os professores de componentes bases, no final do mês de abril, alguns professores tiveram que trocar

de disciplina da sua habilidade específica, ou seja, voltar para a ministrar aula do seu componente e até mesmo trocar de disciplina da parte diversificada.

Com essa troca de professor da disciplina Eletiva, houve uma mudança nos temas em todas as Eletivas de Base, gerando um desconforto, tanto para os professores como para os alunos, pois todos já estavam com seus planos/projetos já prontos e iniciados com os alunos.

Os planos da parte diversificada e dos itinerários formativos, teve que ser refeito de forma apressada, como tínhamos prazo para o encerramento da disciplina.

A Eletiva foi ministrada por mim, utilizando as disciplinas do componente curricular História e Sociologia, alguns pontos foram limitados por conta do tempo a ser executado com a parte teórica e a parte prática/culminância.

A disciplina Eletiva teve como tema “PATRIMÔNIO IMATERIAL CONHECENDO A NOSSA CULTURA”, foi ofertada aos estudantes da 2ª série do Ensino Médio no ano de 2024, as aulas eram ministradas as quartas feiras no dois últimos horário do turno matutino, e eram semanais. A primeira aula foi a apresentação da proposta da disciplina, mostrando o planejamento e os objetivos pretendidos com ela. Os alunos tiveram a participação, sugerindo atividades e tirando suas dúvidas e expondo as suas expectativas em relação ao que esperavam da disciplina.

A mediação dos alunos foi importante, pois eles colocaram como poderia ser o desenvolvimento da disciplina e tornando eles protagonistas da disciplina, contribuiu para reelaboração do plano/projeto da disciplina, pois eles perceberam que podem sim contribuir para o seu conhecimento. Na medida que os alunos participam da elaboração de construção de um plano de estudo, eles começam a refletir sobre as temáticas que faz parte da realidade deles.

4.4 Atividades em sala de aula e a metodologia utilizada

A disciplina pautou-se na história cultural, o que é cultura, o que é patrimônio e quais são os tipos de patrimônio em nosso país.

Teve leitura de material sobre o tema, foi passado vídeo/documentário sobre o que é o patrimônio, levando em consideração a diversidade cultural do país, ao final de cada exibição um debate sobre o que foi visto.

Depois focamos nos patrimônios que existem em nosso Estado, abordamos sobre o bumba meu boi, o tambor de crioula e a capoeira. A capoeira foi inserida no

plano, pois tem muitos alunos que fazem parte de grupos de capoeira e eles queriam poder mostrar pra escola o que é a capoeira.

Foi apresentado o conceito de cultura, patrimônio e o que é patrimônio material e imaterial, história local. Partindo das referências culturais e do perfil dos estudantes que não conhecem de forma efetiva sobre a diversidade cultural, diversidade regional e da sua localidade.

As aulas foram preparadas de forma também lúdica para que houvesse uma participação ativa por parte dos alunos e também na preparação dos trabalhos para a culminância. Levando em consideração os pilares ser, fazer e conhecer.

A segunda etapa da Eletiva os alunos em grupo fizeram uma pesquisa sobre o que seria patrimônio, cultura, patrimônio material e imaterial que existem no Brasil e fizeram uma apresentação prévia para a turma, para todos saberem como cada grupo iria abordar o seu tema, para ajustar antes do dia da culminância.

Durante a aplicação da Eletiva, uma das maiores dificuldades foi fazer com que toda a turma participasse das discussões, pois nem todos se interessaram na temática e não gostaram da mudança do tema da Eletiva. É muito difícil pedir a participação integral de todos, em uma turma com 45 alunos, sendo que essa disciplina da parte diversificada não se aplica nota. A matrícula dos alunos nessa disciplina é feita por escolha deles, no feirão da Eletivas, aonde eles se inscrevem na temática que mais tem afinidade ou interesse.

Eles não foram avisados pela direção com antecedência sobre a mudança que estava sendo feita na escola, em relação as disciplinas e os professores, ficaram sabendo no dia da aula.

4.5 Objetivo da eletiva

Compreender a importância do patrimônio imaterial na cultura e identidade de comunidades, promovendo a valorização e preservação das tradições e expressões culturais.

4.6 A justificativa para se aplicar a eletiva

A partir do reconhecimento da importância do patrimônio histórico e cultural como instrumento de inclusão social, de fortalecimento identitário e de preservação

da memória coletiva, a eletiva colocou em pauta a educação patrimonial, despertando nos alunos a reflexão em torno da História e da Cultura local. A eletiva introduz o aluno na análise do patrimônio cultural, em articulação com a discussão de identidade, memória e cidadania, estimulando a capacidade investigativa e a valorização da história e da cultura brasileira.

Sabemos que o objetivo da parte diversificada com a disciplina Eletiva é promover uma ampliação, diversificação e aprofundamento de conceitos oferecidos através da interdisciplinaridade entre as temáticas oportunizadas aos estudantes, tendo como objetivo buscar possibilitar a eles experiências, e a ampliação de seus conhecimentos.

4.7 Culminância da Eletiva

Devido algumas situações não foi possível seguir fielmente o planejamento da disciplina, ocorrendo algumas alterações para finalizar e organizar a culminância da eletiva.

Ao invés da culminância ser realizada no pátio da escola, que foi o local acordado para expor os materiais e ser feita a apresentação oral dos trabalhos. O local da culminância teve que ser realocado para a sala de aula, aonde o espaço é reduzido pois não tinha como tirar as mesas, deixando um espaço pequeno para os alunos apresentarem os seus trabalhos, ficando todos muito próximo e com isso diminuiu o tempo de fala e as apresentações de cada grupo.

Pelo tempo limitado, os grupos apresentaram os trabalhos de acordo com cada turma que ia até a sala assistir a apresentação da culminância, sendo que as turmas só assistiram a apresentação apenas de um grupo, não dava para apresentar o tema dos três grupos para a mesma turma.

No início das apresentações os alunos estavam inseguros e com medo, pois não tinham o hábito de fazer apresentações para alunos que não fosse de sua sala. Mesmo assim fizeram a apresentação de nível satisfatório, fazendo com que os alunos que estavam assistindo participassem fazendo perguntas. Ficou evidente que o aluno pode ser protagonista do seu aprendizado, pois foram responsáveis por parte de seu conhecimento.

4.7.1 A fé em São Benedito/ Tambor de Crioula

No conjunto complexo e heterogêneo das manifestações culturais populares do Maranhão o tambor de crioula se destaca como uma das modalidades mais difundidas e ativas no cotidiano da capital e do interior do Estado, fazendo parte das atividades festivas, da sensibilidade musical e da definição da identidade cultural dos maranhenses (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2017, p. 13).

As rodas de tambor de crioula não está mais sendo alvo de discriminação, pois está sendo vista como manifestação cultural maranhense e uma forma de luta e resistência negra das comunidades para manter viva a sua identidade cultural. Ele também está relacionado a religiosidade popular e ligado ao pagamento de promessa.

Durante as rodas de tambor de crioula, os brincantes sempre cantam e dançam de forma alegre em louvor a São Benedito. Durante as rodas homens e mulheres tem seu papel, é de responsabilidade (função) do homem tocar os tambores ou parelha como é conhecida, que é composto por três tambores, o tambor grande, o meião e o crivador.

As mulheres ficam em círculo e dançam alegremente com as suas roupas de saia chitão bem colorida e rodada, blusas brancas de renda ou de babados na gola, torso ou turbante na cabeça e colares e fazem a umbigada, que é encostar a barriga uma na outra.

O tambor de Crioula foi reconhecido pelo IPHAN no ano de 2007, se tornando Patrimônio Cultural Imaterial brasileiro

Moreira e Silva (1995) diz que o currículo deve ser organizado com base nas experiências, na cultura e nos saberes e conhecimentos trazidos pelos alunos tendo a escola que ampliar esses olhares, valorizar as discussões e dar o devido tratamento crítico aos saberes que chegam à escola.

Figura 3 - Mesa com Santo São Benedito



Fonte: Dados da pesquisa (2025).

O tambor de crioula é uma das manifestações culturais e afro-maranhense, quem tem uma grande representatividade e resistência, pois é através dele que deixa claro um legado ancestral e de resistência.

Figura 4 - Grupo do Tambor de Crioula



Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Nesse momento o grupo de falar do tambor de Crioula, da fé dos brincantes no santo São Benedito, das roupas dos brincantes, sobre a importância de se preservar essa cultura.

O que se foi percebido, que os alunos sabem o que é tambor de crioula, da fé que existe na comunidade e da sua importância. Pois alguns tem na família, a avó a tia que tem tambor de crioula de promessa, um vizinho que paga a sua promessa a São Benedito com o tambor de crioula.

O que eles não sabiam e ficaram surpresos em saber que essa manifestação religiosa foi proibida por muito tempo. Por mais que seja algo presente na vivência deles, muitos só conhece o que é passado, por algum familiar, do porquê de existir na família o tambor, o motivo de ter começado a participar.

Os alunos perceberam que de acordo com cada comunidade o Tambor de Crioula tem datas específicas para o pagamento de promessa, os dias de comemoração nunca é igual, cada roda de tambor, cada data tem um motivo particular para acontecer.

Quando se leva para a sala de aula, temas que são de interesse do aluno e que faz parte do dia a dia deles, se tem um envolvimento maior em aprender e de fazer essa troca de conhecimento. Eles vão descobrindo aos poucos que tudo tem uma ligação, a religiosidade, a dança, que faz com fique mais evidente a identidade, despertando neles a curiosidade desenvolvendo a criticidade sobre a cultura. “[...] o incentivo à curiosidade pela manifestação de culturas, por suas crenças, usos e costumes, pode despertar no aluno por valores diferente dos seus” (Brasil, 1997, p. 51).

Os PCNs, fazem a sua contribuição para a incluir as culturas existentes em nosso país dentro do currículo escolar, fazendo com que as diversas culturas possam ser relacionadas com os conhecimentos prévios dos alunos.

Dessa forma se percebeu que trabalhar com essa temática cultural em sala de aula possibilitou aos alunos o conhecimento sobre a sua origem e herança e afro-brasileira, que levou eles a terem uma noção sobre identidade e saber qual é o seu lugar de representatividade, desenvolvendo assim as habilidades de acordo com os PCNs.

4.7.2 O bumba meu boi

O bumba meu boi é uma das maiores manifestações culturais do Maranhão e acontece principalmente nos meses de junho e julho e acontece desde o século XVIII.

Uma característica importante no Bumba meu boi são os vários estilos e sotaques que temos no Maranhão. O bumba meu boi está ligado a tradição e a

religiosidade. Ligado aos santos juninos que santo Antônio, São João, São Pedro e São Marçal.

Cada sotaque apresenta uma indumentária diferente de acordo com a sua região, ritmo e a coreografia é particular de cada lugar, cada região ou local.

Em 2011 o Bumba meu boi do Maranhão foi reconhecido pelo IPHAN como Patrimônio Cultural do Brasil. Em 2019, ele recebeu o título de Patrimônio Cultural da Humanidade da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco)

Figura 5 - Grupo do Bumba meu Boi



Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Figura 6 - Boizinho



Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Figura 7 - Apresentação para outra turma



Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Figura 8 - Apresentação para turma 2



Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Esse outro grupo, durante a sua apresentação falou sobre a mística, a lenda existente sobre o bumba meu boi. Prendendo a atenção dos alunos que estavam assistindo a apresentação.

Durante o processo de construção do trabalho parte prática, os alunos tiveram a oportunidade de se aprofundar sobre a figura do Pai Francisco e Catirina, a ligação do da ritualista com a cura/pajelança feita para ressuscitar o boi. Os alunos se encontraram intrigados e ao mesmo tempo querendo entender de que forma o pajé ressuscitou o boi.

Eles apresentaram não somente sobre a mística do bumba meu boi, mais também sobre a tradição do boi, das promessas feita pelo dono do boi e da devoção a algum santo católico, muitos não sabia que o boi fazia a troca do couro a cada ano, com um bordado diferente, trazendo nele o tema daquele ano, que poderia ser alguém que foi ou que é muito importante para a comunidade.

Apresentaram sobre os instrumentos como a matraca o pandeirão e de como esses instrumentos foram sendo agregados a brincadeira,

O trabalho em equipe proporcionou uma experiencia valiosa aos estudantes, conseguiram pesquisar e organizar, o que facilitou a apresentação deles. Essa apresentação aumentou o conhecimento deles sobre o Bumba meu boi e sobre a cultura maranhense.

Para a apresentação a dificuldade deles foi conseguir material para a exposição, pois eles falaram que as pessoas que eles conhecem não quiseram emprestar os instrumentos, o boi foi o da escola, a matraca eles conseguiram, só não conseguiram foi o pandeirão.

4.7.3 A Capoeira

A capoeira teve sua origem no período do Brasil Colônia, aonde os a população africana era trazida a força para o Brasil. Por conta dos maus tratos sofridos os escravizados, sentiram a necessidade de ter uma maneira de se defender, surgindo assim à Capoeira, que além de uma forma de luta, se tornou um estilo de dança.

A Capoeira se como uma luta, jogo de dança e brincadeira, trazendo consigo os instrumentos como berimbau, atabaque, o pandeiro e o reco-reco, agilidade e acompanhada de música e palmas.

A Capoeira traz consigo os rituais de respeito a todos e a valorização da nossa diversidade, mostrando a nossa cultura afro-brasileira. Quanto a origem do nome Capoeira, de início era escrito kapueira ou caápoeira, de origem Tupy guarany.

A capoeira é reconhecida desde 2014, pela Organização das nações unidas para a Educação, a ciência e a cultura (Unesco), e hoje ela é reconhecida como patrimônio cultural brasileiro tendo seu registro feito pelo IPHAN.

Figura 9 - Grupo Capoeira



Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Figura 10 - Instrumentos



Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Figura 11 - Instrumentos da Capoeira, Atabaque, Berimbau e Abadá



Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Apresentar sobre a capoeira para os meninos foi importante, pois partiu deles o interesse de mostrar essa arte, todos eles fazem parte de grupos de Capoeira como já foi citado mais acima, eles queriam mostrar para a escola o que é capoeira, pois de acordo com a fala deles, a Capoeira é discriminada e só lembram deles no mês de novembro no dia 20, dia da Consciência Negra, o que deixa todos eles muito chateado.

Durante todo o processo da disciplina, os estudantes puderam falar sobre como é desenvolvido o jogo da Capoeira, dos movimentos e os saberes que eles recebem em cada grupo que participam, dos significados de cada cor de cordão, dos abadá, do simbolismo e dos instrumentos.

Eles tiveram o momento de apresentação oral, mostrando todos os acessórios, falando da importância de cada instrumentos, mostraram o canto e tocaram e por último eles fizeram uma apresentação dos movimentos no pátio da escola.

Figura 12 - Mostra prática da Capoeira no pátio da escola



Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Percebi que aquele momento de apresentação oral e prático foi importante pra eles, foi um momento de mostrar um pouco sobre a cultura e a realidade em que estão inseridos. Relataram porque entraram para o esporte e a importância dele para as suas vidas.

Uma das dificuldades que eles enfrentaram foram a liberação dos instrumentos da sede, o mestre deles não estava querendo liberar os instrumentos para a apresentação. Um dos motivos que ele alegou foi a falta de respeito por parte de muitas escolas que só lembram da capoeira em datas comemorativas.

Depois de muita conversa os alunos conseguiram a autorização para levar os instrumentos para a escola.

A Capoeira pode ser usada como um instrumento educacional, sendo trabalhado em sala de aula, pois ela tem a facilidade de se adequar aos diversos ambientes, com a sua prática educativa que também faz parte da nossa cultura.

Trabalhar essa temática em sala de aula valorizando a cultura, trazendo elementos para uma formação do aluno. Eles perceberam que ao falar sobre a Capoeira, se estuda também outras disciplinas, aumentando o seu conhecimento.

A Eletiva alinhou o autoconhecimento e a construção do conhecimento através da bagagem cultural de cada aluno, gerando reflexões sobre a disciplina e

incentivando o protagonismo juvenil. Perante isso, se percebe que a proposta de uma Eletiva contribui para a formação desse jovem.

O aluno tendo a liberdade de escolher com tema da Eletiva quer se aprofundar, ele dentro da escola exerce o seu papel de cidadão ao que corresponde a sua busca por uma formação de forma interdisciplinar.

4.8 Projeto externo – UEMA: aplicações práticas e oficinas pedagógicas com alunos

Durante a eletiva, fui procurada por alunas da UEMA, do curso de história, para aplicação do projeto da disciplina Práticas Curricular na Dimensão Escola, o projeto estava intitulado “Os Patrimônios Imateriais Maranhenses como ferramenta do ensino de História”. O projeto da UEMA foi ministrado por Rafaela Gomes, Júlia Amorim e Letícia Sousa, o desenvolvimento do projeto foi a parte prática que elas teriam que desenvolver e aplicar em uma escola da rede pública de São Luís.

Tendo como justificativa a proteção e a promoção das práticas culturais que não são físicas e com objetivo as abordagens sobre os patrimônios imateriais no ensino de história e a aplicabilidade de atividades práticas em sala de aula. Os patrimônios abordados foram o Tambor de Crioula e o Bumba Meu Boi.

Durante o processo de desenvolvimento da Eletiva, elas iniciaram na turma do 2º ano, em que eu estava ministrando a Eletiva de base, mas não puderam da continuidade nessa turma por mudanças de horários e tiveram que migrar para uma turma do 1º ano, iniciando todo o processo do projeto que elas foram aplicar na escola.

Para que elas não perdessem a aplicação do projeto, ajustei meus horários de uma disciplina da parte diversificada, em uma das turmas do primeiro ano, cedendo os horários para a aplicação do projeto.

Figura 13 - Apresentação do projeto pelas alunas da UEMA



Fonte: Dados da pesquisa (2025).

No primeiro momento as professoras em formação foram apresentadas para os alunos e elas fizeram apresentação do projeto na nova turma, de como seria trabalhada a parte teórica e como desenvolveriam a parte prática da aplicação do projeto.

Os alunos do 1º ano matutino ficaram interessados com a proposta do projeto, pois poderiam conhecer os conceitos de Patrimônio, descobrir o que são Patrimônios Imaterial. E pela curiosidade de saber quem eram elas e de ter na sala de aula uma dinâmica diferente de aprendizado. Pois seriam momentos de aprendizagem mais descontraídos e dinâmicos.

Figura 14 - Apresentação do projeto pelas alunas da UEMA



Fonte: Dados da pesquisa (2025).

No segundo e terceiro momento foi apresentado a turma o conceito de patrimônio, a importância do IPHAN, na preservação da nossa cultura.

Elas abordaram sobre o Bumba-meu-boi, mostrando a diversidade cultural do Bumba-boi de acordo com cada região e o tambor de crioula, levando em consideração a sua origem, os elementos utilizados nas manifestações e a fé dos brincantes e a luta para não deixar essas manifestações culturais desapareçam. O ano que essas manifestações foram tombadas e se tornando Patrimônio cultural e imaterial.

No quarto momento, elas levaram alguns materiais do bumba meu boi para que os alunos pudessem visualizar de perto, como alguns acessórios das indumentárias das índias, a matraca, o chapéu, o colete usado por alguns brincantes. E foram explicando a importância de cada objeto ali exposto.

Foram feitas dinâmicas para estimular a participação dos alunos naquele momento de troca de conhecimento.

Figura 15 - Indumentárias do bumba meu boi



Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Figura 16 - Instrumentos do bumba meu boi



Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Figura 17 - Aplicação prática do projeto – dançando com o boi



Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Para as professoras em formação eu enviei 06 perguntas para elas responderem em relação ao projeto aplicado.

Uma das perguntas foi a seguinte: Qual a importância da aplicabilidade do projeto para vocês, enquanto professoras em formação?

Leticia: “Foi muito importante para que a temática proposta chegasse dentro da sala de aula de maneira completa”.

Júlia: “O projeto se mostra importante quanto a nossa inserção no meio e na lógica escolar, principalmente com a interação com os alunos, além disso, o entendimento do quão importante são as manifestações culturais maranhenses e sua preservação se mostra imperativa na sala de aula”.

Rafaela: “Muito importante visto que esse contato nos leva para o ambiente em que faremos atuação nos estágios obrigatórios, e de alguma forma nos traz experiências para que possamos decidir entre lecionar em escolas ou buscar outros arranjos da profissão de acordo com aquilo que nos interessa”.

Para elas ter aplicar um projeto que fale sobre Patrimônio, foi de suma importância, pois para elas foi a primeira vez que tiveram o contato com a sala de aula, com alunos do ensino médio.

Para elas aplicar um projeto que fale de patrimônio, que é um tema bem atual e está sendo cobrado para se trabalhar em sala de aula, foi satisfatório porque os alunos do primeiro ano conseguiram se envolver e participar da dinâmica do projeto.

A didática utilizada buscou uma nova proposta de aula prática, tendo como foco a educação patrimonial.

Figura 18 - Aplicação prática do projeto – dançando com o boi



Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Qual a importância da Educação Patrimonial na Educação Básica?

Rafaela: “Essencial, principalmente para a conscientização da preservação dos patrimônios, sejam eles materiais e/ou imateriais. É também uma maneira de formar

frentes de defesa em prol da busca por direitos e medidas que são obrigações do governo”.

Júlia: “O ensino da educação patrimonial na educação básica deve servir como um degrau ao estudante no que diz respeito ao aprendizado da relevância e da importância da preservação, da restauração e da manutenção de marcos históricos que possuem significância para um local/cidade”.

Leticia: “A Educação patrimonial é importante para qualquer cidadã se sinta pertencente de sua regionalidade cultural”.

A proposta do projeto despertou no aluno a autonomia, sendo para eles uma nova experiência e trazendo esse aluno a fazer uma reflexão sobre o que é, e o que representa a cultura para eles.

O ensino e a aprendizagem por meio de projetos e oficinas, busca envolver os estudantes em uma experiência de construção de conhecimento, levando em consideração as suas vivências, tirando eles do papel de expectador do ensino e transformando a sala de aula em um espaço além do aprendizado de conteúdo.

Figura 19 - Aplicação prática do projeto – dançando com o boi



Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Utilizar projetos em sala de aula, estimula o estudante a participar de um processo de construção e até mesmo de reconstrução de conhecimento, buscando uma participação mais ativa dos estudantes.

Com a aplicação do projeto sobre patrimônio, os alunos tiveram a oportunidade de saber que a preservação do patrimônio e a identidade de uma comunidade se construiu por várias gerações até chegar nos dias de hoje.

Figura 20 - Aplicação prática do projeto -explicando



Fonte: Dados da pesquisa (2025).

As atividades apresentadas pelo projeto/oficina, trouxeram para a sala de aula, metodologias para se trabalhar o patrimônio imaterial partindo do seu local de vivências.

Figura 21 - Aplicação prática do projeto – dançando com o boi 2



Fonte: Dados da pesquisa (2025).

O projeto desenvolvido trouxe para os alunos uma interação as vivências deles e o que é patrimônio imaterial de São Luís. A didática que as professoram em

formação utilizaram, ajudou na construção de um saber local, conhecimento histórico e estimulando uma consciência sobre a preservação do patrimônio imaterial.

Figura 22 – Imagem da turma que participou do projeto - UEMA



Fonte: Dados da pesquisa (2025).

O projeto foi importante pois trouxe para a sala de aula a valorização da nossa herança cultural, proporcionando uma experiencia enriquecedora, pois enfatizou a importância de se preservar e valorizar o nosso patrimônio cultural, apresentando a relação entre o Ensino de História e a Educação Patrimonial.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho buscou refletir sobre os desafios e possibilidades enfrentados pelos professores de História, especialmente diante das constantes mudanças curriculares, como a implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Tais transformações exigem a reformulação das práticas pedagógicas, bem como a adaptação dos conteúdos presentes nos livros didáticos à realidade vivenciada pelos alunos, que, muitas vezes, se distancia do que é proposto de forma tradicional.

Diante disso, torna-se um grande desafio alinhar o processo de ensino-aprendizagem à vivência cotidiana dos estudantes, de modo que possam se reconhecer como sujeitos históricos. A aprendizagem histórica, nesse contexto, visa proporcionar aos alunos a compreensão das diferenças entre passado e presente, promovendo uma leitura crítica de seu tempo e de sua realidade.

A consciência histórica, por sua vez, deve ser construída de forma dinâmica, favorecendo a formação da identidade dos estudantes e orientando-os para uma vida prática, crítica e transformadora, a partir do reconhecimento de seu lugar no mundo. Isso requer o desenvolvimento de metodologias que superem o ensino mecânico e conteudista, valorizando temas como o patrimônio cultural, a memória e a identidade local.

Abordar a história local configura-se como uma estratégia eficiente para aproximar os estudantes do patrimônio cultural de sua comunidade, estimulando um novo olhar sobre sua vivência. A inserção da temática patrimonial no currículo, especialmente por meio das disciplinas eletivas, tem como propósito o resgate da identidade por meio da Educação Patrimonial, favorecendo a preservação da cultura, das tradições e da religiosidade local. Essa proposta reconhece os saberes prévios dos alunos, que são construídos a partir de suas experiências de vida.

A interdisciplinaridade entre História, Sociologia e Educação Patrimonial foi fundamental para a construção da proposta pedagógica apresentada. Através dessa articulação, buscou-se promover a conexão entre os conhecimentos cotidianos dos alunos e os conteúdos abordados em sala de aula, por meio de leituras, debates e reflexões. Para isso, foi essencial trabalhar conceitos como memória, identidade, história local e patrimônio imaterial, possibilitando aos estudantes perceber que o patrimônio está presente no seu dia a dia, na convivência com sua comunidade,

muitas vezes sem que se deem conta da importância da preservação desses elementos culturais.

As atividades desenvolvidas ao longo da disciplina eletiva permitiram verificar avanços na compreensão dos alunos sobre o patrimônio como parte de sua realidade. A abordagem interdisciplinar revelou-se eficaz para ampliar a visão dos estudantes, tornando o processo de ensino-aprendizagem mais significativo e contextualizado.

Transmitir o conhecimento sobre o patrimônio como elemento de preservação da memória e da identidade coletiva é, portanto, uma forma de manter viva a história e promover a valorização do pertencimento. O papel do professor, nesse sentido, é assegurar que os saberes prévios dos alunos sejam reconhecidos como ponto de partida para a construção de novos conhecimentos, incentivando o protagonismo estudantil e a reflexão crítica.

Por fim, defende-se que o ensino por meio de projetos e atividades práticas potencializa o processo de aprendizagem, aproximando os alunos de sua realidade e contribuindo para sua formação integral. A relação entre o Ensino de História e a Educação Patrimonial, com foco na história local, mostrou-se essencial para promover uma educação mais humanizada, democrática e transformadora

REFERÊNCIAS

- ABUD, Katia Maria. Processos de Construção do Saber Histórico Escolar. **História & Ensino**, n. 11, p. 25–34. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/histensino/article/view/11834>. Acesso em: 17 jul. 2025.
- ANDRÉ, Marli E. D. A. Cotidiano Escolar E Práticas Sócio Pedagógicas. **Em Aberto**, v. 11, n. 53, jan./mar. 1992.
- BARROS, C. H. Ensino de história, memória e história local. **Revista de História da UEG**, v. 2, n. 1, p. 301-321, 2013.
- BITTENCOURT, C. M. F. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2011.
- BITTENCOURT, Circe (Org.). **O saber histórico em sala de aula**. São Paulo: Contexto, 2013.
- BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Educação é a Base. Brasília, DF: MEC: CONSED: UNDIME, 2017.
- _____. **Decreto n. 5.622, de 19 de dezembro de 2005**. Regulamenta o art. 80 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Diário Oficial da União, 2005.
- _____. **Educação Patrimonial: Histórias, Conceitos e Processos**, 2014. Disponível em: <https://bibliotecadigital-web.iphan.gov.br/server/api/core/bitstreams/f3d0d217-342a-4a24-b9fa-d8e838b29ea3/content>. Acesso em: 17 jul. 2025.
- _____. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. LDB: Lei das Diretrizes e Bases da Educação nacional. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 1996.
- _____. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais: História e Geografia**. Brasília: MEC/SEF, 1997.
- _____. Ministério da Educação e do Desporto. **Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos do Ensino Fundamental**. Brasília: MEC/SEF, 1998.
- _____. Ministério da Educação. **Orientações curriculares para o ensino médio: Ciências humanas e suas tecnologias**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2006.
- _____. Ministério da Educação. **Temas contemporâneos transversais na BNCC: contexto histórico e pressupostos pedagógicos**. Brasília, DF.: MEC, 2019.
- _____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CEB Nº: 7/2010**. Brasília: Diário Oficial, 2010. Disponível em: https://pactoensinomedio.mec.gov.br/images/pdf/pceb007_10.pdf. Acesso em: 17 jul. 2025.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. 3. ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2006.

FAUNDEZ, Antônio. Alfabetização, Pós-Alfabetização e Cultura Oral na Educação Africana. *In*: GADOTTI, Moacir. **História das ideias pedagógicas**. São Paulo: Ática, 2002.

FAZENDA, Ivani A. **Interdisciplinaridade**: história, teoria e pesquisa. São Paulo: Papirus, 1994.

FERREIRA, Marieta de Moraes. Identidade e memória. **Estudos Históricos – FGV**, v. 6, n. 7, p. 86-90, 2006.

FONSECA, Maria Cecília Londres. Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural. *In*: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (Orgs.) **Memória e patrimônio**: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: Lamparina, 2003.

FONSECA, Selva Guimarães. **Didática e prática de ensino de história**: experiências, reflexões e aprendizados. 7. ed. São Paulo: Papirus, 2003.

FREIRE, Paulo. **Educação como Prática da Liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu; PELEGRINI, Sandra de Cássia Araújo. **Patrimônio Histórico e Cultural**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2009.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GIL, Carmem Zeli de Vargas. POSSAMAI, Zita R. Educação Patrimonial: percursos, concepções e apropriações. **Revista UnilaSalle**, Canoas, n. 19, dez. 2014.

GIL, Carmem Zeli de Vargas; TRINDADE, Rhuan Targino Zaleski (Orgs.). **Patrimônio Cultural e Ensino de História**. Porto Alegre: Edelbra, 2014.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Trad. (Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro). 3. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

HORTA, Maria de Lourdes Parreira; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. **Guia Básico de Educação Patrimonial**. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional / Museu Imperial, 1999.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). Patrimônio Imaterial. **Portal IPHAN**, Brasília, 2020. Disponível em: portal.iphan.gov.br. Acesso em: 17 jul. 2024.

INVENTÁRIO Nacional de Referências Culturais: manual de aplicação. Apresentação de Célia Maria Corsino. Introdução de Antônio Augusto Arantes Neto. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2000. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Manual_do_INRC.pdf. Acesso em: 10 jan. 2025.

KOCHHANN, Andréa. **Por uma pedagogia psicanalítica**: as vicissitudes na formação de professores. 2007. Dissertação (Mestrado em Educação com Psicanálise) – Cambridge International University, Cambridge, 2007.

LE GOFF, J. **História e memória**. Campinas Unicamp, 2003.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. São Paulo: Cortez, 2018.

MARANHÃO. Secretaria de Estado da Educação. **Documento curricular do território maranhense**: ensino médio. São Luís: Secretaria de Estado da Educação, 2022.

MARANHÃO. Conselho Estadual de Educação. **Parecer n. 340, de 22 de dezembro de 2021**. Aprova o Documento Curricular do Território Maranhense – Ensino Médio. São Luís: Conselho Estadual de Educação, 2021. Disponível em: https://conselho-deeducacao.ma.gov.br/files/2020/08/PARECER-336-2021-_DOCUMENTO-DO-TERRIT%C3%93RIO_ENSINO-M%C3%89DIO_PUBLICA%C3%87%C3%83O-1-1-1.pdf. Acesso em: 28 ago. 2022.

MENDES, Mariane Cristina. OLIVEIRA, Silmara Sartoreto de. Ensino Remoto Em Tempos de Pandemia: O perfil e as Demandas Educacionais e Sociais dos Professores. **Anais VII CONEDU**. Campina Grande: Realize Editora, 2020. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/68530>. Acesso em: 27 jul. 2024.

MONTEIRO, Ana Maria Ferreira da Costa. Ensino de História: lugar de fronteira. In: ARIAS NETO, José Miguel (org.). História: guerra e paz. **XXIII Simpósio Nacional de História**. Londrina: ANPUH: Finep, 2007. v. 1, p. 71-97.

MONTEIRO, Ana Maria Ferreira da Costa; PENNA, Fernando de Araújo. Ensino de História: saberes em lugar de fronteira. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 36, n. 1, p. 191-211, jan./abr. 2011.

MOREIRA, Ana Isabel. **A história de Portugal nas aulas do 2º ciclo do Ensino Básico**: educação histórica entre representações sociais e práticas educativas. Tese de Doutorado em Educação. Universidade de Santiago de Compostela. Galiza, 2018.

MUNANGA, Kabengele. **Negritude**: usos e sentidos. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n. 10, p. 07-28, dez. 1993.

PACHECO, Ricardo de Aguiar. **Ensino de história e patrimônio cultural**: um percurso docente. Jundiaí, SP: Paco, 2017.

PEREIRA, J. C. C.; PACHECO, M. B. **O Ensino de história nas séries iniciais**. 2013. Disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/jornada/jornada10/_files/VOvTHqqQ.pdf. Acesso em: 17 jul. 2025.

PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bressanezi (Orgs.). **História da cidadania**. São Paulo: Contexto, 2013.

POLLAK, M. Memória e identidade social. **Revista Estudos Históricos**, v. 5, n. 10, p. 200-215, 1992.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas, SP: Unicamp, 2007.

ROCHA, U. Reconstruindo a História a partir do imaginário do aluno. In: NIKITIUK, S. M. L. **Repensando o ensino de história**. São Paulo: Cortez, 1996.

RUIZ, L. K. **A Implantação do Ensino Fundamental de Nove Anos, de 06 de fevereiro de 2006**: contexto e expectativas. Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Licenciatura em Pedagogia. Bauru: 2008. Disponível em: http://www.fc.unesp.br/upload/lucimara_ruiz.pdf. Acesso em: 17 fev. 2025.

RÜSEN, Jörn **Contribuições para uma teoria da didática da história**. Curitiba: W. A. Editores Ltda., 2016.

RÜSEN, Jörn. **Jörn Rüsen e o ensino de história**. Curitiba: Editora da UFPR, 2010.

SCHMIDT, M. A. História do ensino de história no Brasil: uma proposta de periodização. **Revista História da Educação – RHE**, Porto Alegre, v. 16, n. 37, p. 73-91, 2012.

SCHMIDT, M. A.; CAINELLI, M. **Ensinar História**. São Paulo: Scipione, 2004.

SOARES, André Luis Ramos (Org.). **Educação patrimonial**: relatos e experiências. Santa Maria: UFSM, 2003.

TOMAZ, P. C. A preservação do patrimônio cultural e sua trajetória no Brasil. **Fênix-Revista de História e Estudos Culturais**, v. 7, n. 2, p. 1-12, 2010.

TORRES, Sueli. **Uma função social da escola**. 2006. Disponível em: http://www.fundacaoromi.org.br/fundacao/nei/projetos.php?p=enc_educ&id_sub=14. Acesso em: 17 jan. 2025.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro (coord.). **Repensando a Didática**. 19. ed. Campinas: Papirus, 2023.

ANEXO A

PROJETO PRATICA ESCOLAR – PERGUNTAS PARA AS APLICADORAS

1. Nome completo e idade
2. Período do curso? Qual disciplina do curso de história foi realizada a construção do projeto?
3. Como se deu o primeiro contato com a escola e com os alunos?
4. Na percepção de vocês, os alunos sentiram interesse na temática desenvolvida pelo projeto?
5. Como foi a participação dos alunos no projeto?
6. Qual a importância da aplicabilidade do projeto para vocês, enquanto professores em formação?
7. Qual a importância da Educação Patrimonial na Educação Básica?
8. Deixe algum comentário livre sobre a Educação Patrimonial ou sobre o projeto?